

# MESÃO FRIO

PORTA DO DOURO



## PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2022

---

**PROPOSTA**

CÂMARA MUNICIPAL DE MESÃO FRIO	
Dob.ºs	Expediente
Data 22 / 06 / 2023	Of. / / p.º
L.º 60 F.º 90-V.º 52	Of. / / p.º
Data / /	Of. / / p.º
L.º F.º V.º	Of. / / p.º

PROC.2B-3/17

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



Município de Mesão Frio

PROPOSTA

CÂMARA MUNICIPAL

**Prestação de Contas Consolidada do Exercício de 2022**

Estabelece o n.º 1 e 3 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro na sua redação atual, (RFALEI) conjugado com a alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual (RUAL), que os documentos de prestação de contas individuais das autarquias locais, são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal das contas com vista à sua aprovação.

Nesse pressuposto e decorridos os formalismos legais necessários, foi o documento de prestação de contas individual do ano de 2022 do Município de Mesão Frio, aprovada no passado dia 19 de abril pela Câmara Municipal e em 26 de abril, pela Assembleia Municipal.

A prestação de contas individual pese embora com objetivos diferenciados não impede a necessidade de as autarquias que por esse regime sejam abrangidas, de efetuarem, nos termos do n.º 2 do artigo 75.º do RFALEI as contas consolidadas, como é o caso do Município de Mesão Frio que detém, no exercício económico de 2022, uma participação de 3,77% no capital social da empresa intermunicipal Águas do Interior Norte, E.I.M, SA.

Decorrente do exposto e encontrando-nos dentro do prazo estipulado para o efeito, tenho a honra de, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, de submeter à apreciação e aprovação da Câmara Municipal, para posterior submissão à Assembleia Municipal o documento de prestação de contas consolidada, acrescida da sua certificação legal emitida pelo Revisor Externo da autarquia (C&R Ribas Pacheco, SROC).

Mesão Frio, 19 de junho de 2023.

O Presidente da Câmara Municipal,

(Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva)

**MESÃO FRIO**  
PORTA DO DOURO



**PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA  
DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2022**

---

**PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

PROC.2B-3/17

A collection of handwritten signatures and initials in blue ink. On the left, there is a signature that appears to be 'A. Costa'. To its right are several other initials and signatures, including one that looks like 'R. Costa' and another that is more stylized.

## PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Nos termos das disposições legais aplicáveis, vimos apresentar o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Mesão Frio, adiante designado por Grupo, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que compreendem o relatório consolidado de gestão, o balanço consolidado, a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, assim como a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, que são da responsabilidade do Órgão Executivo.

No desempenho das funções que nos foram cometidas, acompanhámos, com a profundidade e extensão que consideramos adequada nas circunstâncias, a atividade do Grupo ao longo do presente exercício.

Em consequência do trabalho realizado, verificámos, exceto quanto às matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” da certificação legal das contas consolidadas, que as demonstrações financeiras consolidadas exprimem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a situação económica e financeira consolidada do Grupo bem como os resultados consolidados obtidos no exercício em questão. Procedemos ainda à apreciação do relatório consolidado de gestão que foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Procedemos também à emissão da respetiva certificação legal das contas consolidadas, cujo conteúdo damos como integralmente reproduzido neste parecer.

Nestas condições, uma vez ponderadas as conclusões constantes na certificação legal das contas consolidadas e verificado o cumprimento dos normativos legais aplicáveis, é nosso parecer que se aprovelem os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo.

Porto, 20 de junho de 2023

**MESÃO FRIO**  
PORTA DO DOURO



**PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA  
DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2022**

---

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**

PROC.2B-3/17

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Mesão Frio, adiante designado por Grupo, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 22.637.718 euros e um total de património líquido positivo de 17.068.476 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 247.466 euros), a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas no parágrafo n.º 1 da secção “Bases para a opinião com reservas” e das situações referidas no parágrafo n.º 2 da referida secção, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

#### BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1) A insuficiente informação sobre o controlo do Grupo dos elementos integrantes do seu ativo fixo tangível (incluindo os equipamentos e infraestruturas utilizados no âmbito do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no perímetro municipal com a EDP Distribuição, atualmente E-Redes), bem como das propriedades de investimento, associada à sua grandeza, dispersão, antiguidade e bases de mensuração previstas no referencial contabilístico SNC-AP, não nos permitem emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação dos valores apresentados nas supracitadas rubricas do balanço, das depreciações, amortizações e dos subsídios de capital.

2) A Entidade Consolidante encontra-se a aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, não tendo ainda sido possível dar cumprimento às seguintes disposições técnicas:

- a) Não foi ainda possível à Entidade Consolidante proceder à mensuração dos bens que apresentavam valor zero no anterior referencial contabilístico designado POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais).
- b) Não foi possível à Entidade Consolidante proceder à análise individual dos ativos relativos ao património histórico intangível, pelo que a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 3 - Ativos Intangíveis foi derogada.
- c) A Entidade Consolidante não procedeu ao reconhecimento do rendimento resultante dos trabalhos para a própria Entidade em virtude de ainda não dispor de informação suficiente para o efeito.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### ÊNFASE

Conforme se encontra divulgado na nota n.º 1.2.3 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Entidade Consolidante procedeu à adequada reclassificação dos bens de domínio público da Zona Industrial da Caminheira/Cabrial da rubrica de inventários para a rubrica de ativos fixos tangíveis. Em face desta situação, a comparabilidade das referidas rúbricas do balanço consolidado encontra-se comprometida.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- Elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

**SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS**

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Conforme se encontra divulgado na nota às demonstrações orçamentais consolidadas, em consequência da Entidade Consolidada não elaborar demonstrações orçamentais individuais, os valores constantes nas demonstrações orçamentais consolidadas apenas incluem os valores da Entidade Consolidante. Em face desta situação, desconhecemos qual o impacto que o valor das demonstrações orçamentais individuais da Entidade Consolidada teria nas demonstrações orçamentais consolidadas, pelo que não estamos em condições de emitir, e não emitimos, uma opinião devidamente fundamentada sobre as demonstrações orçamentais consolidadas.

**SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO**

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas no parágrafo n.º 1 da secção “Bases para a opinião com reservas” e das situações referidas no parágrafo n.º 2 da referida secção, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 20 de junho de 2023

**MESÃO FRIO**  
PORTA DO DOURO



**PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA  
DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2022**

---

**DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO**

PROC.2B-3/17

*(Handwritten signatures and initials in blue ink)*

## DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

À atenção de

C & R Ribas Pacheco, SROC, Lda

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da revisão legal de contas / auditoria que efetuaram às demonstrações financeiras consolidadas do Município de Mesão Frio, adiante designado por Grupo, relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2022, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vossa certificação legal das contas consolidadas, sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o seu desempenho financeiro consolidado, os fluxos de caixa consolidados e o resultado consolidado das operações do Grupo, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos de consolidação adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que, relativamente a:

### 1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS

1.1. Cumprimos todas as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas, encontrando-se reconhecidas e divulgadas todas as situações relevantes e previstas no normativo contabilístico aplicável, não existindo qualquer omissão ao nível do reconhecimento e/ou divulgação.

1.2. As políticas contabilísticas consolidadas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são adequadas e foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios, sendo a sua divulgação apropriada tendo em consideração os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

1.3. O Grupo não procedeu à derrogação de quaisquer princípios, políticas e normas contabilísticas nem das regras, critérios e métodos específicos subjacentes ao Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, com exceção dos descritos na nota n.º 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

1.4. Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas são razoáveis.

1.5. Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao património e a outros instrumentos do fundo patrimonial estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

1.6. Todas as adjudicações foram efetuadas em conformidade e de acordo com o seu enquadramento legal, orçamental e plano plurianual de investimento, tendo em vista a sua correta execução.

1.7. A execução orçamental do plano plurianual de investimento foi realizada no estrito cumprimento das normas e dos princípios orçamentais e legais.

1.8. Não existem:

- Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção de consumidores, aplicáveis ao Grupo, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras consolidadas ou divulgados no anexo às mesmas;

- Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas ou dados a conhecer no respetivo anexo;
- Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
- Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pelo Grupo;

1.9. Confirmamos que o Grupo não detém quaisquer outras contas bancárias além das evidenciadas nos registos contabilísticos.

1.10. Os inventários reconhecidos nas demonstrações financeiras correspondem aos inventários físicos existentes à data de fecho das contas e encontram-se valorizadas ao menor dos valores de custo ou de realização, tendo sido adotado o mesmo critério valorimétrico do exercício anterior, não existindo, desta forma, a necessidade de constituir imparidades em inventários.

1.11. As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas pelo modelo custo, conforme divulgado na nota n.º 8 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

1.12. O Grupo é pleno titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

1.13. Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor dos ativos fixos tangíveis e intangíveis resultantes de alterações de processos tecnológicos, de condições de mercado, etc.

1.14. Os relacionamentos e as transações com partes relacionadas foram apropriadamente reconhecidos e divulgados de acordo com os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

1.15. Não se verificaram acontecimentos subsequentes à data do balanço que requeiram ajustamentos e/ou divulgação nas demonstrações financeiras consolidadas.

1.16. Desde a data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas até à data desta declaração, não temos conhecimento da ocorrência de quaisquer factos ou circunstâncias significativas que requeiram ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras consolidadas.

1.17. Os efeitos de distorções não corrigidas são imateriais e/ou não constituem distorções, quer, individualmente quer no seu agregado, para as demonstrações financeiras consolidadas como um todo. Confirmamos que não temos conhecimento da necessidade de outros ajustamentos. A lista das referidas distorções não corrigidas apresentam-se discriminadas no ANEXO 1 à presente declaração.

1.18. Não se registaram quaisquer negócios entre o Grupo e os seus membros do órgão executivo e/ou seus familiares.

1.19. Os créditos sobre terceiros, com exceção dos reconhecidos como de cobrança duvidosa, são recuperáveis sem perdas relevantes, sendo que a cobrança destes valores não está por qualquer forma condicionada, não existindo acordos para o seu diferimento para além de um ano.

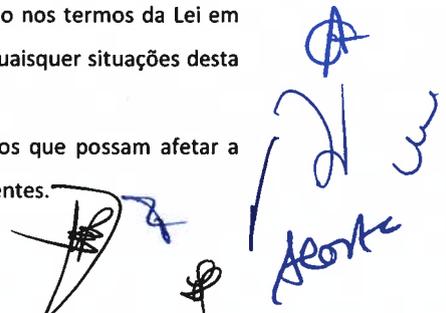
## 2. INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

### 2.1. Disponibilizámos-vos:

- O acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, como registos, documentação e outras matérias;
- A informação adicional que nos pediram para efeito da revisão legal de contas consolidadas/ auditoria;
- Acesso sem restrições às pessoas do Grupo, junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria;
- Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da vossa auditoria.

2.2. Todas as transações foram registadas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

- 2.3. As demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materiais em consequência de fraude.
- 2.4. Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras consolidadas envolvendo os membros dos órgãos de gestão e/ou empregados.
- 2.5. Não existem casos de incumprimento, ou de suspeita de incumprimento, de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras consolidadas.
- 2.6. Temos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que o Grupo esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento e que constam na resposta que vos foi dada pelos serviços jurídicos.
- 2.7. Não temos conhecimento da existência de quaisquer obrigações presentes, legais ou construtivas ou de quaisquer outras naturezas, resultantes de acontecimentos passados que possam vir a originar exfluxos de recursos económicos necessários para liquidar tais obrigações, pelo que não procedemos ao reconhecimento de qualquer provisão.
- 2.8. Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.
- 2.9. Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações do Grupo, resultantes da possibilidade de as autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.
- 2.10. O Grupo não registou e/ou pagou quaisquer quantias que se encontrem suportadas por documentos que não cumpram, em termos formais ou de facto, os requisitos legais vigentes, ou que não traduzam transações efetivas realizadas pela mesma. Todas as operações efetuadas no decurso do exercício ocorreram de facto e encontram-se devidamente suportadas e refletidas nos registos contabilísticos do Grupo.
- 2.11. Confirmamos que não foram reconhecidas despesas que devam ser consideradas confidenciais ou não devidamente documentadas.
- 2.12. Não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras consolidadas.
- 2.13. Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para o Grupo.
- 2.14. O Grupo cumpriu todas as obrigações derivadas de acordos, contratos, de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.
- 2.15. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de serem qualificadas como de branqueamento de capitais e/ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.
- 2.16. Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.



**2.17. Não temos projetos ou intenções:**

- que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras consolidadas;
- que possam pôr em causa a continuidade das operações do Grupo;
- de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.

**2.18. Tomámos conhecimento do draft da certificação legal das contas que contém as seguintes menções:**

• **Reservas:**

1) A insuficiente informação sobre o controlo do Grupo dos elementos integrantes do seu ativo fixo tangível (incluindo os equipamentos e infraestruturas utilizados no âmbito do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no perímetro municipal com a EDP Distribuição, atualmente E-Redes), bem como das propriedades de investimento, associada à sua grandeza, dispersão, antiguidade e bases de mensuração previstas no referencial contabilístico SNC-AP, não nos permitem emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação dos valores apresentados nas supracitadas rubricas do balanço, das depreciações, amortizações e dos subsídios de capital.

2) A Entidade Consolidante encontra-se a aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, não tendo ainda sido possível dar cumprimento às seguintes disposições técnicas:

a) à mensuração dos bens que apresentavam valor zero no anterior referencial contabilístico designado POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais).

b) à análise individual dos ativos relativos ao património histórico intangível, pelo que a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 3 - Ativos Intangíveis foi derrogada.

c) ao reconhecimento do rendimento resultante dos trabalhos para a própria Entidade em virtude de ainda não dispor de informação suficiente para o efeito.

• **Ênfase:**

Conforme se encontra divulgado na nota n.º 1.2.3 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Entidade Consolidante procedeu à adequada reclassificação dos bens de domínio público da Zona Industrial da Caminheira/Cabrial da rubrica de inventários para a rubrica de ativos fixos tangíveis. Em face desta situação, a comparabilidade das referidas rúbricas do balanço consolidado encontra-se comprometida.

• **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares, sobre as demonstrações orçamentais consolidadas:**

Conforme se encontra divulgado na nota às demonstrações orçamentais consolidadas, em consequência da Entidade Consolidada não elaborar demonstrações orçamentais individuais, os valores constantes nas demonstrações orçamentais consolidadas apenas incluem os valores da Entidade Consolidante. Em face desta situação, desconhecemos qual o impacto que o valor das demonstrações orçamentais individuais da Entidade Consolidada teria nas demonstrações orçamentais consolidadas, pelo que não estamos em condições de emitir, e não emitimos, uma opinião devidamente fundamentada sobre as demonstrações orçamentais consolidadas.

Mesão Frio, 22 de junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal,

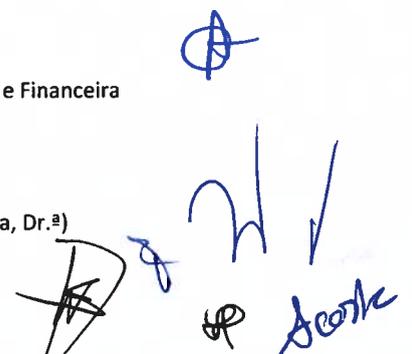


(Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva)

A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira



(Dalila Maria de Sousa Ferreira, Dr.ª)



ANEXO 1  
A DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

(valores expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	VALOR	EFEITO NO ATIVO	EFEITO NO PASSIVO	EFEITO NOS FUNDOS PRÓPRIOS	EFEITO NOS CUSTOS	EFEITO NOS PROVEITOS
Faturas emitidas à Entidade Consolidante em 2022 relativas a gastos do período que foram reconhecidas como acréscimos de gastos e não como dívida a fornecedores.	62.898	-	-	-	-	-
Faturas emitidas à Entidade Consolidante de aquisição de bens pertencentes ao ativo fixo tangível com data de 2022 reconhecidas apenas em 2023.	74.655	-74.655	-74.655	-	-	-
TOTAL DAS SITUAÇÕES NÃO CORRIGIDAS	137.553	-74.655	-74.655	-	-	-

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.*

# MESÃO FRIO

PORTA DO DOURO



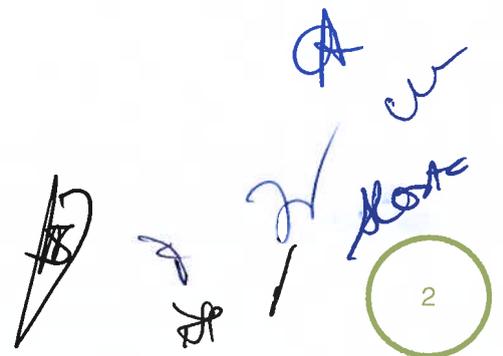
## Relatório & Contas Consolidado

---

A collection of handwritten signatures in blue and black ink, located in the bottom right corner of the page. There are approximately five distinct signatures, some appearing to be initials or full names.

## Relatório Consolidado de Gestão

---





## 1. Introdução

O Município de Mesão Frio apresenta demonstrações financeiras consolidadas em cumprimento do previsto no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI).

A existência ou presunção de controlo por parte do município relativamente às entidades de natureza empresarial afere-se, desde logo, pela sua classificação como empresas locais, nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Já quanto às entidades de outra natureza, a existência de presunção de controlo verifica-se de forma casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado (artigo 75.º, n.º 4, alíneas b) e c), da Lei n.º 73/2013).

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 75.º do RFALEI, devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de março, na sua atual redação, integrem o sector empresarial local, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Assim, nos termos da NCP 24 Acordos Conjuntos, verifica-se a necessidade de se proceder à consolidação de contas aplicando-se, para o efeito, o método de equivalência patrimonial. Este método contabilístico (também designado como método simplificado de consolidação) nos termos do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos da associada ou empreendimento conjunto detidos pela investidora. Os resultados da investidora incluem a sua quota-parte nos resultados da participada e os ativos líquidos da investidora incluem a quota-parte nas alterações nos ativos líquidos da participada que não foram reconhecidas através dos resultados.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que veio substituir o anterior referencial – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Local (POCAL).



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature, a checkmark, and the name "José".

## 2. Perímetro de consolidação contas

O n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI define grupo autárquico como o conjunto objeto de consolidação composto pelo município, como entidade consolidante, e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O perímetro de consolidação abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

As entidades a integrar o perímetro de consolidação dependem da relação de controlo entre a entidade participante e a entidade participada.

Um Grupo Público é definido nos termos da NCP1, como um grupo de entidades compreendendo a entidade que controla e uma ou mais entidades controladas.

O artigo 7º do Decreto Lei nº 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP 26);
- Perímetro de natureza financeira (NCP 22).

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes.

No entanto não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada.

Uma vez que a entidade incluída no perímetro de consolidação não apresenta demonstrações orçamentais, os mapas previstos na NCP 26 serão apresentados com os valores do Município.

À luz do nº 7 do art.º 75º e do DL 192/2015 que aprovou o SNC-AP os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço consolidado;
- Demonstração dos resultados por natureza consolidada;
- Demonstração consolidada das alterações do património líquido;
- Mapa Consolidado dos Fluxos de caixa;
- Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'B' and 'A', and a circled number '5'.

A NCP 26 também estipula que é necessário apresentar uma demonstração consolidada do desempenho orçamental e uma demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, cujo objetivo é proporcionar informação que indique se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado e com os requisitos legais e contratuais.

### 3. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

ADIN – ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, EM, SA

- Sede: Vila Real
- NIPC: 515 684 473
- Capital Social: 27.148.050,00 €
- % Capital detido: 3,77%

A “Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A.”, com sede na Avenida Rainha Santa Isabel, nº 1 5000-434, Vila Real, foi constituída por escritura pública, celebrada no dia 15 de novembro de 2019, e tem por objeto a exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social, através de promoção direta ou indireta da concessão, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de captação, transporte, tratamento, abastecimento, valorização de águas de consumo público e para recolha, tratamento e rejeição dos respetivos efluentes, de prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo, de construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos necessários para o desenvolvimento da sua atividade.

#### 4. Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Entidade Participada		Participação /Quota	Capital/Fundos	Capital Próprio	Resultado Líquido Exercício	OBS.
Denominação	NIPC					
Águas do Norte, SA	513 606 084	0,08%	108 095 468,00 €	282 770 375,00 €	9 322 272,00 €	a)
Comunidade Intermunicipal do Douro	508 779 200	5,26%	-	-	-	b)
Associação do Douro Histórico	502 577 916	1 500,00 €	-	-	-	b)
Turismo Porto e Norte de Portugal, ER	508 905 435	1 500,00 €	-	-	-	b)
Associação de Municípios do Vale Douro Norte	502 459 417	14,00%	-	-	-	b)
Associação Nacional dos Municípios Portugueses	501 627 413	4 423,76 €	-	-	-	b)
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502 131 047	357,00 €	-	-	-	b)
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508 038 430	1 500,00 €	-	-	-	b)
Fundação Museu do Douro - FDM FP	507 693 671	0,88%	1 093 034,00 €	7 085 773,00 €	17 849,00 €	c)
a) criada pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio		b) entidades não societárias				
c) criada pelo DL n.º 70/2006, de 23 de março, alterada pelo DL n.º 16/2015, de 2 de novembro						

#### 5. Análise Económico-Financeiro

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

De seguida, iremos analisar o balanço consolidado e a demonstração de resultados consolidada, bem como efetuar uma breve análise resultante da implementação da contabilidade de gestão no Município de Mesão Frio.

##### 5.1 Análise ao Balanço

O Balanço Consolidado apresenta os ativos e passivos classificados em correntes e não correntes.

Apresentamos de seguida um resumo do Balanço Consolidado da Gerência de 2022 e 2021.

- Componentes do Ativo

ATIVO CONSOLIDADO	31/12/2022	%	31/12/2021	%
<b>Ativo Não Corrente</b>	<b>21 429 147,16 €</b>	<b>95%</b>	<b>20 044 164,80 €</b>	<b>90%</b>
Ativos Fixos Tangíveis	16 310 576,52 €	72%	14 828 586,90 €	67%
Propriedades de Investimento	547 961,05 €	2%	559 397,05 €	3%
Ativos Intangíveis	46 004,95 €	0%	5 906,47 €	0%
Participações Financeiras	4 524 604,64 €	20%	4 650 274,38 €	21%
<b>Ativo Corrente</b>	<b>1 208 570,64 €</b>	<b>5%</b>	<b>2 185 623,60 €</b>	<b>10%</b>
Inventários	76 825,73 €	0%	1 069 725,38 €	5%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	210 925,33 €	1%	128 444,21 €	1%
Clientes, contribuintes e utentes	68 100,82 €	0%	48 609,95 €	0%
Estado e outros entes públicos	56 852,79 €	0%	53 811,02 €	0%
Outras contas a receber	478 240,02 €	2%	604 208,03 €	3%
Diferimentos	3 692,11 €	0%	2 104,54 €	0%
Caixa e depósitos	313 933,84 €	1%	278 720,47 €	1%
<b>Total do ativo</b>	<b>22 637 717,80 €</b>	<b>100%</b>	<b>22 229 788,40 €</b>	<b>100%</b>

Em 2022 o ativo das contas do grupo público municipal atingiu os 22.637.717,80 euros, o que significa um ligeiro aumento face ao ano transato, sendo que o Ativo não corrente representa quase a totalidade do Ativo, mais propriamente cerca de 95%, com ênfase nos Ativos Fixos Tangíveis e Participações Financeiras, que apresentam as respetivas percentagens de 72% e 20%.

No que concerne ao “Ativo Corrente”, evidencia-se a diminuição do valor inscrito na rúbrica “Inventários” resultante da reclassificação das contas patrimoniais afetas à obra “Expansão da Zona Industrial da Caminheira/Cabrial” e do terreno adquirido para concretização da mesma, atento à consignação da obra.

Assim, no ano de 2021 a obra “Expansão da Zona Industrial da Caminheira/Cabrial” e terreno adquirido para a sua concretização, apresentava-se com a finalidade de venda de lotes para a instalação de indústria, encontrando-se classificados na rúbrica “Inventários” e com a reclassificação, agora efetuada, passaram a estar inscritos na rubrica “Ativos Fixos Tangíveis”.

- Componentes do Passivo e Capital Próprio

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled number 8.

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31/12/2022	%	31/12/2021	%
<b>Capital Próprio</b>	<b>17 068 476 €</b>	<b>75%</b>	<b>15 933 104 €</b>	<b>72%</b>
Património / Capital	4 206 871 €	25%	4 007 805 €	25%
Reservas	321 375 €	2%	321 375 €	2%
Resultados transitados	-277 253 €	-2%	287 402 €	-2%
Ajustamentos em ativos financeiros	1 260 789 €	7%	1 406 990 €	9%
Outras variações no Património Líquido	11 804 161 €	69%	10 332 711 €	65%
Resultado líquido do período	-247 466 €	-1%	151 625 €	1%
<b>PASSIVO</b>	<b>5 569 242 €</b>	<b>25%</b>	<b>6 296 685 €</b>	<b>28%</b>
<b>Passivo Não Corrente</b>	<b>4 458 210 €</b>	<b>80%</b>	<b>4 373 500 €</b>	<b>69%</b>
Provisões	0 €	0%	30 889 €	0%
Financiamentos obtidos	3 770 085 €	68%	3 630 477 €	58%
Diferimentos	44 995 €	1%	58 799 €	1%
Outras contas a pagar	643 130 €	12%	653 335 €	10%
<b>Passivo Corrente</b>	<b>1 111 032 €</b>	<b>20%</b>	<b>1 923 184 €</b>	<b>31%</b>
Credores por transferências e subsídios concedidos	0 €	0%	- €	0%
Fornecedores	104 226 €	2%	182 786 €	3%
Estado e outros entes públicos	73 918 €	1%	72 780 €	1%
Financiamento obtidos	385 365 €	7%	358 845 €	6%
Fornecedores de Investimento	12 019 €	0%	71 396 €	1%
Outras contas a pagar	535 503 €	10%	469 042 €	7%
Diferimentos	0 €	0%	768 335 €	12%
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>	<b>22 637 718 €</b>	<b>100%</b>	<b>22 229 788 €</b>	<b>100%</b>

Em relação ao passivo, as contas do grupo público municipal fecharam com um valor de 5.569.242 euros, verificando-se uma ligeira diminuição face ao ano transato, sendo constituído por 80% a componente do passivo não corrente e por 20% da componente do passivo corrente.

O Capital Próprio do grupo público municipal totalizou o montante de 17.068.476 euros, o que traduz um acréscimo de 1.135.372 euros relativamente ao ano anterior.

## 5.2 Demonstração de Resultados Consolidado

O objetivo principal da Demonstração de Resultados é o de aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a antever a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

De seguida, apresenta-se um mapa resumo da Demonstração Consolidada de Resultados Consolidada.

Gastos	2022	%	2021	%
Perdas imputados de entidades controladas, associadas	0,00 €	0%		0%
Custo da mercadoria vendida e das matérias consumidas	110 427,26 €	2%	83 506 €	2%
Fornecimentos e serviços externos	1 220 285,73 €	21%	1 073 821 €	19%
Gastos com pessoal	2 988 169,01 €	51%	2 868 364 €	52%
Transferências e subsídios concedidos	347 474,37 €	6%	348 299 €	6%
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0,00 €	0%	357 €	0%
Provisões (aumentos/reduções)	0,00 €	0%	10 609 €	0%
Outros gastos	54 799,56 €	1%	74 493 €	1%
Gastos / reversões de depreciação e amortização	1 079 800,75 €	18%	1 031 694 €	19%
Juros e gastos similares suportados	71 861,41 €	1%	50 377 €	1%
<b>Total Gastos</b>	<b>5 872 818 €</b>	<b>100%</b>	<b>5 541 518 €</b>	<b>100%</b>

Rendimentos	2022	%	2021	%
Impostos e taxas	529 428,33 €	9%	485 689 €	9%
Vendas	12 225,22 €	0%	5 086 €	0%
Prestações de serviços	338 413,83 €	6%	320 641 €	6%
Rendimentos/ Ganhos imputados de entidades controladas, associadas	20 531,68 €	0%	6 651 €	0%
Provisões (aumentos/reduções)	1 122,00 €	0%	0,00 €	0%
Transferências Correntes e subsídios à exploração obtidos	4 222 706,93 €	75%	4 410 146 €	77%
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	566,30 €	0%	0,00 €	0%
Outros rendimentos	500 357,36 €	9%	464 931 €	8%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00 €	0%	0,00 €	0%
<b>Total Rendimentos</b>	<b>5 625 352 €</b>	<b>100%</b>	<b>5 693 144 €</b>	<b>100%</b>

Em termos globais, comparando os gastos com os rendimentos, verifica-se um saldo negativo, sendo a diferença traduzida pelo Resultado Líquido do Exercício de 2022, que se cifrou em 247 466 euros.

O resultado do exercício antes das depreciações e gastos de financiamento regista um resultado positivo na importância de 904.195,72 euros, consequência da realização dos movimentos contabilísticos respeitantes às depreciações do exercício e juros e gastos similares suportados.

### 5.3 Indicadores Económico-Financeiros

Os rácios estabelecem relações entre as contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração de resultados, para quantificar factos, detetar anomalias, e fazer comparações no tempo. Assim, apresenta-se seguidamente os principais indicadores económicos e financeiros.

Indicadores	2022	2021
Autonomia Financeira	75%	72%
Solvabilidade	306%	253%
Liquidez Geral	109%	114%
Liquidez Reduzida	102%	58%
Liquidez Imediata	28%	14%

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones, some with checkmarks.

## 6. Dívida Consolidada

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: o nível de receitas arrecadadas e do volume de investimentos a realizar.

### Stock da dívida - Empréstimos Bancários

Descrição	Município de Mesão Frio	AdIN E.I.M., SA	Total	Eliminação de créditos/Dívidas Recíprocas	Grupo Consolidado
Empréstimos bancários - não corrente	3 770 085 €	628 242 €	4 398 327 €	- €	4 398 327 €
Empréstimos bancários - corrente	385 365 €	33 724 €	419 089 €	- €	419 089 €
<b>Total</b>	<b>4 155 450 €</b>	<b>661 966 €</b>	<b>4 817 416 €</b>	<b>- €</b>	<b>4 817 416 €</b>

### Stock da dívida corrente

Descrição	Município de Mesão Frio	AdIN E.I.M., SA	Total	Eliminação de créditos/Dívidas Recíprocas	Grupo Consolidado
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	- €	- €	- €	- €	- €
Fornecedores	116 245 €	178 376 €	294 621 €	- €	294 621 €
Estado e Outros Entes Públicos	73 918 €	13 842 €	87 760 €	- €	87 760 €
Outras Contas a pagar	535 503 €	81 578€	617 081 €	- €	617 081 €
<b>Total</b>	<b>725 666 €</b>	<b>273 796 €</b>	<b>999 462 €</b>	<b>- €</b>	<b>999 462 €</b>

Para os cálculos dos valores apresentados não foi tida em conta a dívida correspondente a operações não orçamentais (cauções).

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled number 11.

## Balanço Consolidado

---

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2022

Rubricas	Notas	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	5	16 310 576,52 €	14 828 586,90 €
Propriedades de Investimento	8	547 961,05 €	559 397,05 €
Ativos Intangíveis	1/3	46 004,95 €	5 906,47 €
Participações Financeiras	1/18/20	4 524 604,64 €	4 650 274,38 €
		<b>21 429 147,16 €</b>	<b>20 044 164,80 €</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	10	76 825,73 €	1 069 725,38 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	210 925,33 €	128 444,21 €
Cientes, contribuintes e utentes	18	68 100,82 €	48 609,95 €
Estado e outros entes públicos	23.1	56 852,79 €	53 811,02 €
Outras contas a receber	18	478 240,02 €	604 208,03 €
Diferimentos		3 692,11 €	2 104,54 €
Caixa e depósitos	1	313 933,84 €	278 720,47 €
		<b>1 208 570,64 €</b>	<b>2 185 623,60 €</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>22 637 717,80 €</b>	<b>22 229 788,40 €</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património / Capital		4 206 870,89 €	4 007 804,80 €
Reservas		321 374,76 €	321 374,76 €
Resultados transitados		-277 252,87 €	-287 402,32 €
Ajustamentos em ativos financeiros		1 260 788,84 €	1 406 990,26 €
Outras variações no Património Líquido		11 804 160,68 €	10 332 710,71 €
Resultado líquido do período		-247 466,44 €	151 625,33 €
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>17 068 475,86 €</b>	<b>15 933 103,54 €</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	15	0,00 €	30 888,75 €
Financiamentos obtidos	7	3 770 085,10 €	3 630 477,21 €
Diferimentos		44 995,32 €	58 799,17 €
Outras contas a pagar	18	643 129,88 €	653 335,24 €
		<b>4 458 210,30 €</b>	<b>4 373 500,37 €</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	18	104 226,19 €	182 786,09 €
Estado e outros entes públicos	23.1	73 918,44 €	72 780,12 €
Financiamento obtidos	7	385 364,86 €	358 845,22 €
Fornecedores de Investimento	18	12 018,85 €	71 395,58 €
Outras contas a pagar	18	535 503,30 €	469 042,09 €
Diferimentos		0,00 €	768 335,39 €
		<b>1 111 031,64 €</b>	<b>1 923 184,49 €</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>5 569 241,94 €</b>	<b>6 296 684,86 €</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>		<b>22 637 717,80 €</b>	<b>22 229 788,40 €</b>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the name "AROSTA" written vertically. A green circle containing the number "13" is located at the bottom right.

# Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada

---

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

14

Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada em 31 de dezembro de 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e taxas	14	529 428,33 €	485 689,25 €
Vendas	13	12 225,22 €	5 085,57 €
Prestações de serviços	13	338 413,83 €	320 640,57 €
Rendimentos/ Ganhos imputados de entidades controladas, associadas	1	20 531,68 €	6 650,75 €
Transferências Correntes e subsídios à exploração obtidos	14	4 222 706,93 €	4 410 146,22 €
Custo da mercadoria vendida e das matérias consumidas	10/23.3	-110 427,26 €	-83 505,95 €
Fornecimentos e serviços externos		-1 220 285,73 €	-1 073 820,78 €
Gastos com pessoal		-2 988 169,01 €	-2 868 363,64 €
Transferências e subsídios concedidos		-347 474,37 €	-348 298,88 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	566,30 €	-357,00 €
Provisões (aumentos/reduções)		1 122,00 €	-10 608,57 €
Outros rendimentos	13/14	500 357,36 €	464 931,22 €
Outros gastos		-54 799,56 €	-74 492,65 €
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>904 195,72 €</b>	<b>1 233 696,11 €</b>
Gastos / reversões de depreciação e amortização	3/5/8	-1 079 800,75 €	-1 031 693,73 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>-175 605,03 €</b>	<b>202 002,38 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	7	-71 861,41 €	-50 377,05 €
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-247 466,44 €</b>	<b>151 625,33 €</b>
Imposto sobre o rendimento			
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1</b>	<b>-247 466,44 €</b>	<b>151 625,33 €</b>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a signature that appears to be "KOSTK" and a circled number "15".

# Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

---

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2022

Rubricas	Notas	31/12/2022	31/12/2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		319 654,41 €	304 979,85 €
Recebimentos de contribuintes		480 417,02 €	422 482,96 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		4 355 411,10 €	4 160 219,45 €
Recebimentos de utentes		43 776,65 €	35 167,65 €
Pagamentos a fornecedores		-1 284 981,88 €	-1 308 290,63 €
Pagamentos a pessoal		-2 978 595,23 €	-2 965 830,11 €
Pagamentos de transferências e subsídios concedidos		-314 939,53 €	-247 941,27 €
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>620 742,54 €</b>	<b>400 787,90 €</b>
Outros recebimentos/pagamentos		-54 683,67 €	-84 223,01 €
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>566 058,87 €</b>	<b>316 564,89 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos de ativos fixos tangíveis		-1 712 307,18 €	-2 132 265,33 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos de ativos fixos tangíveis		2 101,00 €	1 636,50 €
Recebimentos de propriedades de investimento		138 279,71 €	23 814,10 €
Recebimentos de subsídios ao investimento		175 698,03 €	0,00 €
Recebimentos de transferências de capital		785 495,46 €	1 852 642,75 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>-610 732,98 €</b>	<b>-254 171,98 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos de financiamentos obtidos		539 201,25 €	841 205,73 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos de financiamentos obtidos		-373 073,72 €	-751 763,46 €
Pagamentos de juros e gastos similares		-86 240,05 €	-50 632,57 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>		<b>79 887,48 €</b>	<b>38 809,70 €</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>35 213,37 €</b>	<b>101 202,61 €</b>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		278 720,47 €	177 517,86 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1	313 933,84 €	278 720,47 €

Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldos de gerência	31/12/2022	31/12/2021
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>278 720,47 €</b>	<b>177 517,86 €</b>
Saldo da gerência anterior (SGA)	278 720,47 €	177 517,86 €
SGA de execução orçamental	103 565,11 €	55 988,54 €
SGA de operações de tesouraria	175 155,36 €	121 529,32 €
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>313 933,84 €</b>	<b>278 720,47 €</b>
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	313 933,84 €	278 720,47 €
SGS de execução orçamental	104 916,57 €	103 565,11 €
SGS de operações de tesouraria	209 017,27 €	175 155,36 €

O mapa apresentado diz apenas respeito à demonstração dos fluxos de caixa do Município, uma vez que na consolidação foi utilizado o método de equivalência patrimonial.

## Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido

---



Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido em 31 de Dezembro de 2022

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Total do património líquido	
		Capital / Património subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período		TOTAL
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>		4 007 804,80 €			321 374,76 €	-287 402,32 €	1 406 990,26 €		10 332 710,71 €	151 625,33 €	15 933 103,54 €	15 933 103,54 €	
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>													
Ajustamentos de transição de referencial		199 066,09 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 149,45 €	-146 201,43 €	0,00 €	1 471 449,97 €	-151 625,33 €	1 382 838,75 €	1 382 838,75 €	0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas											0,00 €	0,00 €	0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações											0,00 €	0,00 €	0,00 €
Realização do excedente de revalorização											0,00 €	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização e respetivas variações											0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios de capital									1 812 010,00 €		1 812 010,00 €	1 812 010,00 €	0,00 €
Outras alterações reconhecidas no Património	1	199 066,09 €				10 149,45 €	-146 201,43 €		-340 560,03 €	-151 625,33 €	-429 171,25 €	-429 171,25 €	
Correção de erros materiais													
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>										-247 466,44 €	-247 466,44 €	-247 466,44 €	
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>										-399 091,77 €	-8 118,44 €	-8 118,44 €	
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO</b>									0,00 €		0,00 €	0,00 €	
Subscrições de capital /património													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
Subscrições de prémios de emissão													
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b>		4 206 870,89 €			321 374,76 €	-277 252,87 €	1 260 788,84 €		11 804 160,68 €	-247 466,44 €	17 068 475,86 €	17 068 475,86 €	

# Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

---

Handwritten signature and initials in blue ink, including a circled number 20.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nota 0 – Implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP):

O Município de Mesão Frio elaborou pela primeira vez as demonstrações financeiras de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, no ano de 2020, nas quais foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

A International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 33 First Time Adoption of Accrual Basis, que estabeleceu orientações para os processos de adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, que previam a possibilidade de, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição ter uma duração até três anos, podendo durante esse período serem reconhecidos e mensurados ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico.

Neste sentido, foi elaborado o mapa de reconciliação de abertura de acordo com o SNC-AP consolidado com todos os ajustamentos de transição para o SNC-AP:

RECONCILIAÇÃO PARA O BALANÇO DE ABERTURA DE ACORDO COM O SNC-AP										
RUBRICAS DO BALANÇO		Valores conforme normativo anterior	Reconhecimento	Desreconhecimento	Crítério de Mensuração	Imparidades / Reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP
Órgão / Conta		31/12/2019	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	01/01/2022
Designação		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(10) = (2) + (3) - (4) - (5) - (6) - (7) - (8) - (9)
AT1	ATIVO	20.039.023,98 €	0,00 €	0,00 €	413.323,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20.452.347,12 €
AT11	ATIVOS NÃO CORRENTES	19.295.220,88 €			413.323,14 €				-438.335,31 €	19.270.208,71 €
B01	Ativos factos tangíveis	15.859.624,85 €			334.577,97 €				-438.335,31 €	15.755.867,51 €
B02	Propriedades de investimento	33.028,80 €			78.745,17 €					111.773,97 €
B03	Ativos intangíveis	22.708,47 €								22.708,47 €
B05	Participações financeiras	3.379.858,76 €								3.379.858,76 €
AT12	ATIVOS CORRENTES	743.803,10 €			0,00 €				438.335,31 €	1.182.138,41 €
B11	Inventários	25.630,74 €							438.335,31 €	463.966,05 €
B13	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	60.361,90 €								60.361,90 €
B15	Clientes, contribuintes e utentes	76.066,99 €								76.066,99 €
B16	Estado e outros entes públicos	44.487,35 €								44.487,35 €
B17	Acionistas/sócios/associados									0,00 €
B18	Outras contas a receber	336.514,82 €								336.514,82 €
B19	Diferimentos	3.124,57 €								3.124,57 €
B20	Ativos financeiros detidos para negociação									0,00 €
B21	Outros ativos financeiros									0,00 €
B22	Ativos não correntes detidos para venda									0,00 €
B23	Caixa e depósitos	197.616,73 €								197.616,73 €
P111	PATRIMÓNIO LÍQUIDO	-13.828.668,13 €	0,00 €	0,00 €	-413.323,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	260.912,43 €	-13.981.078,84 €
B24	Património/Capital	-3.697.081,37 €								-3.697.081,37 €
B25	Ações (quotas) próprias									0,00 €
B26	Outros instrumentos de capital próprio									0,00 €
B27	Prémios de emissão									0,00 €
B28	Reservas	-189.579,30 €								-189.579,30 €
B29	Resultados transitados	580.384,39 €			-1.029.625,53 €					-449.241,14 €
B30	Ajustamentos em ativos financeiros	-105.590,74 €								-105.590,74 €
B31	Excedentes de revalorização									0,00 €
B32	Outras variações no património líquido	-7.780.891,94 €			616.302,39 €				260.912,43 €	-6.903.677,12 €
B33	Resultado líquido do período	-2.635.909,17 €								-2.635.909,17 €
B34	Dividendos antecipados									0,00 €
B35	Interesses que não controlam									0,00 €
P1	PASSIVO	-6.210.355,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-260.912,43 €	-6.471.268,28 €
P11	PASSIVO NÃO CORRENTE	-1.174.040,60 €							0,00 €	-1.174.040,60 €
B36	Provisões	-20.280,18 €								-20.280,18 €
B37	Financiamentos obtidos									0,00 €
B38	Fornecedores de investimentos									0,00 €
B55	Fornecedores									0,00 €
B39	Responsabilidades por benefícios pós-emprego									0,00 €
B40	Diferimentos	-83.437,34 €								-83.437,34 €
B41	Passivos por impostos diferidos									0,00 €
B42	Outras contas a pagar	-1.070.323,08 €								-1.070.323,08 €
P12	PASSIVO CORRENTE	-5.036.315,25 €							-260.912,43 €	-5.297.227,68 €
B43	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis									0,00 €
B44	Fornecedores	-298.872,55 €								-298.872,55 €
B45	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes									0,00 €
B46	Estado e outros entes públicos	-121.230,57 €								-121.230,57 €
B47	Acionistas/sócios/associados									0,00 €
B48	Financiamentos obtidos	-4.076.700,78 €								-4.076.700,78 €
B49	Fornecedores de investimentos	-35.225,72 €								-35.225,72 €
B50	Outras contas a pagar	-504.285,63 €								-504.285,63 €
B51	Diferimentos								-260.912,43 €	-260.912,43 €
B52	Passivos financeiros detidos para negociação									0,00 €
B53	Outros passivos financeiros									0,00 €
	Total Património Líquido e Passivo	20.039.023,98 €	0,00 €	0,00 €	-413.323,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-20.452.347,12 €

## Nota 1 – Identificação do perímetro consolidado, período de relato e referencial contabilístico

### 1.1 Perímetro de consolidação de contas

#### 1.1.1 Entidades incluídas na consolidação

**Entidade consolidante:** Município de Mesão Frio

**Sede social:** Avenida Conselheiro José Maria Alpoim 432, 5040-310 Mesão Frio

**Atividade Principal:** planeamento, organização e execução de políticas municipais, designadamente nas áreas de equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, salubridade, defesa do consumidor, promoção e desenvolvimento, ordenamento do território e cooperação externa.

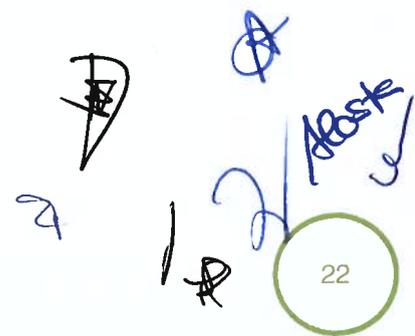
**Entidade consolidada:** Águas do Interior Norte, E.I.M., SA

**Sede social:** Avenida Rainha Santa Isabel, n.º 1, 5000-434 Vila Real

**Atividade Principal:** Exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social, através de promoção direta ou indireta da concessão, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de captação, transporte, tratamento, abastecimento, valorização das águas de consumo público e para recolha, tratamento e rejeição dos respetivos efluentes, de prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo, de construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos necessários para o desenvolvimento da sua atividade.

**Capital social/Estatutário:** 27.148.050,00 €

**Participação detida:** 3,77%



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled number 22.

### 1.1.2 Entidades excluídas na consolidação

Entidade Participada		Participação /Quota	Capital/Fundos	Capital Próprio	Resultado Líquido Exercício	OBS.
Denominação	NIPC					
Águas do Norte, SA	513 606 084	0,08%	108 095 468,00 €	282 770 375,00 €	9 322 272,00 €	a)
Comunidade Intermunicipal do Douro	508 779 200	5,26%	-	-	-	b)
Associação do Douro Histórico	502 577 916	1 500,00 €	-	-	-	b)
Turismo Porto e Norte de Portugal, ER	508 905 435	1 500,00 €	-	-	-	b)
Associação de Municípios do Vale Douro Norte	502 459 417	14,00%	-	-	-	b)
Associação Nacional dos Municípios Portugueses	501 627 413	4 423,76 €	-	-	-	b)
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502 131 047	357,00 €	-	-	-	b)
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508 038 430	1 500,00 €	-	-	-	b)
Fundação Museu do Douro - FDM FP	507 693 671	0,88%	1 093 034,00 €	7 085 773,00 €	17 849,00 €	c)
a) criada pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio		b) entidades não societárias				
c) criada pelo DL. n.º 70/2006, de 23 de março, alterada pelo DL. n.º 16/2015, de 2 de novembro						

Tratam-se de entidades sobre as quais, o Município de Mesão Frio não exerce de forma direta ou indireta um poder de controlo, ou exista essa presunção, não enquadráveis no n.º 4, 5 e 6 do Artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

### 1.1.3 Informações de procedimentos de consolidação

O método de consolidação adotado pelo Município foi o método de equivalência patrimonial, que consiste em substituir no balanço da entidade consolidante o valor contabilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das entidades participadas, adotando-se para efeitos de aplicação deste método, o previsto na NCP 23 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos e na NCP 24 – Acordos conjuntos do SNC-AP.

Ajustamento de consolidação na conta 41.4 - investimentos noutras entidades		
Descrição	AdIN, E.I.M., SA	%
Capitais próprios a 31.12.2022	61 019 274,29 €	
Parte de Capital do Município	2 300 426,64 €	3,77%
Valor inscrito	1 024 800,00 €	
Ajustamento MEP	1 275 626,64 €	

Reconhecimento da proporção do Resultado líquido

Descrição	AdIN, E.I.M., SA	%
Resultado Líquido de 2022	544 606,98 €	
Quota-parte do Resultado Líquido	20 531,68 €	3,77%

## 1.2 Referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras

### 1.2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto - Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a autarquia.

As políticas contabilísticas, apresentadas na Nota 2, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o ano de 2022.

### 1.2.2 Derrogações do normativo contabilístico

No que respeita aos requisitos preconizados na NCP 3, NCP 5 e NCP 27 os mesmos não foram aplicados na sua plenitude, conforme se expõe de seguida.

a) No que respeita à NCP 3 e NCP 5 é de referir:

Apesar do Município ter aplicado, na generalidade, o SNC-AP, não foi possível dar cumprimento na íntegra a todas as normas relacionadas com o Património, sendo que no ano de 2023, os responsáveis por esta área de intervenção irão promover uma análise detalhada relativamente:

- Aos ativos fixos tangíveis, se será necessário a reclassificação de "Outros" para as contas mais adequadas de acordo com o PCM e CC2;
- Aos bens inventariados que por vicissitudes várias não sofreram atualização da taxa de acordo com a aplicação do CC2;
- Aos Ativos Intangíveis de forma a retratar e corrigir possíveis situações de reclassificação de contas;
- À possibilidade de atribuição de valoração aos bens que à data apresentam valor patrimonial zero
- Acresce às presentes situações que pese embora a identificação por parte do Município dos bens imóveis sobre os quais detém uso/controlo, ainda que sem a propriedade legal (observação dos parágrafos 93 e 94 da Estrutura Concetual do SNC-AP), não foi possível reconhecer nas Demonstrações Financeiras o seu valor, atento à falta dos dados necessários para o efeito.

b) No que respeita à NCP 27 – Contabilidade de Gestão, é preconizada o subsistema de contabilidade de gestão, o qual assenta numa norma de contabilidade de gestão específica, de aplicação obrigatória.

A NCP 27 (§ 1), estabelece a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas administrações públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.

Esta norma refere, ainda no parágrafo 2, que o tratamento contabilístico do custo corresponde à reclassificação dos gastos por funções, atividades, programas, objetivos ou outra finalidade de interesse para a entidade e utilizadores externos.

A implementação desse sistema, no que concerne ao Município de Mesão Frio, ainda não se encontra a funcionar na sua plenitude, por vicissitudes várias, destacando-se neste ponto a falta de recursos humanos. Contudo, a esta data, já dispõe, através de aquisição software, da recolha de dados relacionadas com os custos das máquinas e viaturas municipais, recursos humanos e aquisição de bens e serviços.

Face ao exposto, a aplicação da Norma Contabilística Publica 27 ainda se encontra em fase de implementação, pelo que não nos permite ainda apresentar no Relatório de Gestão de 2022, conforme previsto no §34 da NCP 27.

### 1.2.3 Contas de Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Por terem sido, devidamente, reclassificados os bens de domínio público da “Expansão da Zona Industrial da Caminheira/Cabrial” da rubrica de “Inventários” para a rubrica de “Ativos fixos tangíveis – Bens de domínio público” no valor de 992.474€, as referidas rubricas não são comparáveis.

### 1.3 Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Conta	Designação	Saldo inicial 01/01/2022	Saldo final 31/12/2022
11	Caixa	0,00 €	0,00 €
12	Depósitos à Ordem	52 403,44 €	52 211,76 €
12.1	Depósitos à Ordem no Tesouro	0,00 €	0,00 €
12.2	Depósitos bancários à Ordem	52 403,44 €	52 211,76 €
13.1	Depósitos a prazo	0,00 €	0,00 €
13.2	Depósitos consignados	51 161,67 €	52 704,81 €
13.3	Depósitos de garantias e cauções	175 155,36 €	209 017,27 €
	<b>TOTAL</b>	<b>278 720,47 €</b>	<b>313 933,48 €</b>

### Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e com as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Na elaboração das demonstrações financeiras, o Município deu cumprimento ao ponto 1.2 – Controlo pela Entidade Pública, da estrutura conceptual da informação financeira pública, nomeadamente o seu parágrafo nº 93, que refere: “Para reconhecer um ativo, uma entidade pública tem que dispor do controlo sobre o recurso”.

Ponto 2.1. A base de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

**Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento**

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo ou, no caso de alguns bens imóveis, através da avaliação realizada aquando do balanço inicial.

No caso de o ativo ser adquirido através de uma transação sem contraprestação, a mensuração é efetuada pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT), no caso dos imóveis, e para os restantes ativos, pelo custo do valor recebido, ou na falta deste, pelo valor de mercado.

O reconhecimento dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento no Balanço é efetuado quando for provável que fluirão para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e o custo ou o justo valor do bem possa ser mensurado com fiabilidade.

O reconhecimento dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento no Balanço é efetuado quando for provável que fluirão para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e o custo ou o justo valor do bem possa ser mensurado com fiabilidade.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento é efetuado no momento da alienação, incluindo quando se trate de uma alienação através de uma transação sem contraprestação, ou quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

**Ativos intangíveis**

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

O reconhecimento é efetuado quando o Município é capaz de demonstrar o disposto na respetiva NCP, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

**Participações financeiras**

O Município de Mesão Frio detém participações financeiras nas empresas Águas do Interior Norte, E.I.M SA, e na Águas do Norte, SA encontrando-se essas participações mensuradas pelo seu custo o que determina e fixa a sua participação em 3,77% e 0,081%, respetivamente.

Atento à representatividade daquelas participações no capital social daquelas entidades, ao Município de Mesão Frio não lhe é conferido qualquer controlo ou influência significativa.

Para os investimentos em outras entidades foram efetuados testes de imparidade, por aplicação da NCP 18, foram objeto de testes de imparidade não tendo resultado o reconhecimento de imparidades.

### Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2, conforme quadro infra. Os terrenos não são depreciáveis.

A depreciação inicia-se no momento em que o ativo se qualifique para o seu uso pretendido.

	VIDA ÚTIL
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 100 anos
Infraestruturas	Entre 10 e 20 anos
Património histórico, artístico e cultural	Sem vida definida
Equipamento básico	Entre 4 e 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 20 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 8 anos
Equipamento biológico	Entre 4 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

### Clientes e Outras Contas a Receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

### Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição ou, quando aplicável, ao valor realizável líquido dos dois, o mais baixo.

O custo dos inventários inclui os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

### Ponto 2.2. A Outras políticas contabilísticas relevantes

#### Contas a Pagar

As contas a pagar são reconhecidas pelo seu justo valor, resultante de faturas ou documentos similares remetidos à autarquia, contratos, protocolos e outros similares celebrados. São ainda registados os valores a pagar no ano seguinte que resultam de apuramento efetuado assente no histórico de informação contabilística existente na autarquia.

#### Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores em caixa e depósitos refletem o montante disponível nos cofres da tesouraria, os valores depositados em contas à ordem e ainda os valores depositados sob a forma de garantias e cauções prestadas a favor do Município, sob condição e tendo por base os contratos celebrados, à data de 31.12.2022.

### **Provisões**

As provisões para processos judiciais em curso foram constituídas tendo por base a análise de todos os processos judiciais identificados pelo advogado do Município de Mesão Frio e pelos serviços jurídicos da autarquia, tendo sido determinada uma provisão assente em julgamento efetuado ao ponto de situação de cada processo em curso em conjunto com o escritório de advogados e considerando o histórico em processos de igual natureza.

### **Reconhecimento de Gastos e Rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.

### Ponto 2.3. Julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

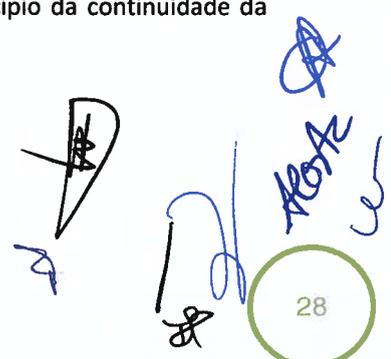
No ano de 2022, foram ainda efetuados julgamentos aquando da apreciação da execução de contratos celebrados com terceiros, ou similares, em particular aquando da avaliação do cumprimento das condições contratuais estabelecidas. Este julgamento determina a avaliação do cumprimento dos termos dos contratos subjacentes aos apoios concedidos a terceiros e aos obtidos resultando em lançamentos contabilísticos refletidos nas demonstrações financeiras.

Aquando da avaliação das imparidades nas contas de clientes e outros devedores foram efetuados julgamentos que resultam da análise ao histórico de recuperação de saldos das contas a receber, da antiguidade de saldos, da natureza da dívida, entre outros.

Foram ainda efetuados julgamentos no que respeita ao cálculo das imparidades dos bens em inventários.

### Ponto 2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Não existe informação a prestar no que respeita ao exercício de 2022, que possa determinar a indicação de pressupostos relativos ao futuro, sendo que se entende que não está em causa o princípio da continuidade da entidade.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the word 'NOTA' written vertically.

Ponto 2.5. Alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em períodos anteriores.

As alterações a políticas contabilísticas decorrem da aplicação pela primeira vez, no ano de 2020, do SNC-AP.

Ponto 2.6 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas efetuadas em 2022 resultam de histórico assente em documentos que determinaram lançamentos contabilísticos em anos anteriores, e ainda da análise de processos, que determinou a estimativa das provisões a 31.12.2022, pelo que se considera que as estimativas efetuadas estão assentes em informação prestada aos serviços financeiros da autarquia, não existindo informação que tenha determinado a existência de incerteza nas estimativas efetuadas.

As principais estimativas efetuadas são as seguintes:

- Vida útil dos Ativos Fixos Tangíveis de Propriedades de Investimento
- Imparidades das outras contas a receber
- Provisões de processos judiciais em curso
- Estimativa de férias e subsídio de férias

Ponto 2.7 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

No ano de 2022, não existem alterações em estimativas contabilísticas com efeito neste ano ou períodos futuros.

Ponto 2.8 Erros materiais de períodos de anteriores

No corrente ano não se verificaram erros materiais de períodos anteriores.

**Nota 3 - Ativos intangíveis**

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 2 - Quantia escriturada e variação do período

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final		
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais		Diminuições	
	Ativos Intangíveis	5 906,47 €	78 123,93 €						1 472,93 €		-39 498,38 €	46 004,95 €
A11	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
A12	Goodwill											
A13	Projetos de desenvolvimento	4 373,30 €	76 232,34 €						3 498,70 €		-39 498,38 €	44 605,96 €
A14	Programas de computador e sistemas de informação	1 533,17 €	1 891,59 €						-2 025,77 €			1 398,99 €
A15	Propriedade industrial e intelectual											
A16	Outros											
A17	Ativos intangíveis em curso											
	<b>TOTAL</b>	<b>5 906,47 €</b>	<b>78 123,93 €</b>						<b>1 472,93 €</b>		<b>-39 498,38 €</b>	<b>46 004,95 €</b>

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

O valor do total da coluna das Depreciações do Exercício, difere do total dos Gastos/ Reversões de depreciação e Amortização constante na Demonstração de Resultados por Natureza uma vez que quadro acima constam as regularizações de anos anteriores, que não constam na Demonstração de Resultados por Natureza.

Quadro 3 - Desagregação das Adições

Rubrica	Designação	Adições									
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis		78 123,93 €								78 123,93 €
A11	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
A12	Goodwill										
A13	Projetos de desenvolvimento		76 232,34 €								76 232,34 €
A14	Programas de computador e sistemas de informação		1 891,59 €								1 891,59 €
A15	Propriedade industrial e intelectual										
A16	Outros										
A17	Ativos intangíveis em curso										
	<b>TOTAL</b>		<b>78 123,93 €</b>								<b>78 123,93 €</b>

Quadro 4 - Desagregação das Diminuições

Rubrica	Designação	Diminuições				
		Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis				-39 498,38 €	-39 498,38 €
A11	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
A12	Goodwill					
A13	Projetos de desenvolvimento				-39 498,38 €	-39 498,38 €
A14	Programas de computador e sistemas de informação					
A15	Propriedade industrial e intelectual					
A16	Outros					
A17	Ativos intangíveis em curso					
	<b>TOTAL</b>				<b>-39 498,38 €</b>	<b>-39 498,38 €</b>

#### Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais, não havendo lugar a qualquer pagamento, apenas a recebimento.

Quadro 5 - Acordos de Concessão de Serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano Corrente	Anos futuros
Exploração da Concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão	EDP Distribuição – Energia, SA	Infraestruturas	20 anos	1 941 602,57€	-----	-----	-----
Concessão de exploração do sistema municipal de distribuição de água e drenagem de águas residuais	Águas do Norte, SA	Infraestruturas	30 anos	270 888,48€	-----	-----	-----

De acordo com a NCP 4, o Município deveria reconhecer nas suas Demonstrações Financeiras os equipamentos e as infraestruturas que estão associados ao fornecimento de redes de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão assim como os que estão associados à Iluminação Pública, que se encontram a ser geridos pela concessionária EDP Distribuição, atualmente E-Redes.

Os equipamentos e as infraestruturas acima referidos encontram-se a ser controlados, geridos e incrementados pela concessionária, pagando, para o efeito, uma renda de exploração ao Município, conforme se encontra previsto no contrato de concessão.

Para que o Município proceda ao reconhecimento dos ativos associados ao contrato de concessão, é necessário que disponha de informação suficiente e detalhada para o efeito.

Atendendo à insuficiente informação prestada pela concessionária EDP, não existem condições para proceder ao reconhecimento dos ativos que se encontram ao abrigo do contrato de concessão, pelo que a NCP 4 – Acordos de concessão de serviços não foi aplicada.

Os ativos (equipamentos e infraestruturas) associados ao contrato de concessão em epígrafe são controlados, geridos e incrementados exclusivamente pelo Concessionário, não tendo o Município qualquer controlo nem informação sobre a sua existência, estado, localização, valor, etc, sobre os tais ativos.

Em face do exposto, o Município não reconheceu nas suas demonstrações financeiras os ativos (equipamentos e infraestruturas) associados ao presente contrato de concessão, dando cumprimento, desta forma, à NCP 4 e ao parágrafo 93 da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilístico da Administração Pública.

Não obstante esta situação, caso esses bens fossem reconhecidos, teriam um impacto no total do ativo do Município de apenas 4,29%, conforme quadro abaixo:

Ativos em Exploração	Valor Líquido Global
<b>Postos Transformação e Seccionamento</b>	223 954,68 €
<b>Redes aéreas</b>	234 986,72 €
<b>Redes subterrâneas</b>	65 662,42 €
<b>Chegadas aéreas</b>	19 127,67 €
<b>Chegadas subterrâneas</b>	51 719,94 €
<b>Contadores e acessórios</b>	7 433,06 €
<b>Iluminação pública</b>	194 698,02 €
<b>Eq. Telegestão Energia EDP Box</b>	73 092,65 €
<b>Total</b>	970 675,16 €
<b>% sobre total do ativo</b>	4,54%
<b>Total do ativo</b>	21 637 717,80 €

✗

✗

✗

✗

**Nota 5 - Ativos fixos tangíveis**

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo (com exceção dos edifícios do AEPAN transferidos pela transferência de competências na área da Educação que foram mensurados pelo valor patrimonial, no ano de 2020 e os lotes de Oliveira com o n.º 20, 21 e 22 mensurados pelo valor patrimonial no ano de 2022) e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Não se deu início à depreciação dos bens de domínio público da obra “Expansão da Zona Industrial da Caminheira/Cabrial” no montante de 1.322.138€, uma vez que, não entrou em funcionamento pelo facto de ainda estar em curso o loteamento.

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida:

**Quadro 6 – Ativos Fixos Tangíveis – Variações no Período**

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências Internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	1 644 648,27 €	34 295,46 €	1 548 895,55 €				-116 587,51 €			3 111 251,77 €
Terrenos e recursos naturais	164 019,38 €	26 660,08 €					-1 178,52 €			189 500,94 €
Edifícios e outras construções	619 978,43 €	265,09 €	1 326 014,70 €				-54 953,21 €			1 891 305,01 €
Infraestruturas	835 035,56 €	7 370,29 €	222 880,85 €				60 455,78 €			1 004 830,92 €
Património histórico, artístico e cultural	25 614,90 €									25 614,90 €
Outros										
Bens de domínio público em curso										
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	<b>13 183 938,63 €</b>	<b>1 204 579,71 €</b>	<b>-220 539,10 €</b>				<b>-949 791,79 €</b>		<b>-18 862,70 €</b>	<b>13 199 324,75 €</b>
Terrenos e recursos naturais	1 752 226,56 €	80 345,21 €							-9 975,95 €	1 822 595,82 €
Edifícios e outras construções	10 455 610,66 €	3 588,22 €	836 581,14 €				-779 614,36 €			10 516 165,66 €
Equipamento básico	111 576,66 €	54 053,28 €					46 166,07 €			119 463,87 €
Equipamento de transporte	261 695,46 €	183 621,58 €					63 577,89 €			381 739,15 €
Equipamento administrativo	49 116,44 €	55 886,19 €					-35 515,99 €			69 486,64 €
Equipamentos biológicos										
Outros	76 053,02 €	50 261,36 €					-24 917,48 €		-8 886,75 €	92 510,15 €
Ativos fixos tangíveis em curso	477 659,83 €	776 823,87 €	-1 057 120,24 €							197 363,46 €
<b>TOTAL</b>	<b>14 828 586,90 €</b>	<b>1 238 875,17 €</b>	<b>1 328 356,45 €</b>				<b>-1 066 379,30 €</b>		<b>-18 862,70 €</b>	<b>16 310 576,52 €</b>

As adições dos ativos fixos tangíveis apresentam-se no quadro abaixo:

**Quadro 7 - Ativos Fixos Tangíveis - Adições**

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		34 295,46 €									34 295,46 €
Terrenos e recursos naturais		26 660,08 €									26 660,08 €
Edifícios e outras construções		265,09 €									265,09 €
Infraestruturas		7 370,29 €									7 370,29 €
Património histórico, artístico e cultural											
Outros											
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>		<b>1 204 579,71 €</b>									<b>1 204 579,71 €</b>
Terrenos e recursos naturais		80 345,21 €									80 345,21 €
Edifícios e outras construções		3 588,22 €									3 588,22 €
Equipamento básico		54 053,28 €									54 053,28 €
Equipamento de transporte		183 621,58 €									183 621,58 €
Equipamento administrativo		55 886,19 €									55 886,19 €
Equipamentos biológicos											
Outros		50 261,36 €									50 261,36 €
Ativos fixos tangíveis em curso		776 823,87 €									776 823,87 €
<b>TOTAL</b>		<b>1 238 875,17 €</b>									<b>1 238 875,17 €</b>

Handwritten signature and initials in blue ink.

As diminuições dos ativos fixos tangíveis apresentam-se no quadro abaixo:

Quadro 8 - Ativos Fixos Tangíveis – Diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis					-18 862,70 €	-18 862,70 €
Terrenos e recursos naturais					-9 975,95 €	-9 975,95 €
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros					-8 886,75 €	-8 886,75 €
Ativos fixos tangíveis em curso						
<b>TOTAL</b>					<b>-18 862,70 €</b>	<b>-18 862,70 €</b>

### Nota 6 – Locações

No âmbito da aceitação da transferência de competências previsto no Decreto – Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, o fornecimento e serviços externos do Agrupamento de Escolas Professor António da Natividade de Mesão Frio, recaíram sob a responsabilidade do Município de Mesão Frio, conforme artigo 46.º do mencionado diploma, a partir de 01 de janeiro de 2020.

Assim, resultou que a posição contratual relativa ao contrato de locação operacional para o fornecimento de serviços de Cópia e Impressão, para os Equipamentos referenciados sob o n.º 116333, 116334 e 116335 contratualizado com a empresa BCN SISTEMAS DE ESCRITORIO E IMAGEM, SA, fossem transferidos para a responsabilidade da autarquia, a partir de 1 janeiro e até 31 de dezembro de 2020. Na sequência do seu término e mantendo-se a necessidade procedeu-se à abertura de novo procedimento de contratação pública a vigorar de janeiro de 2021 a dezembro de 2022.

Do quadro abaixo consta ainda os dados relativos ao aluguer de duas impressoras instaladas no serviço de Tesouraria e Ação Social.

✱

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the word "Kontz" written vertically.

Quadro 9 - Locações

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
3 Equipamentos Multifunções (AEPAN)	18.272,00 €	8.814,00 €	678,00 €	-----	-----	678,00 €	0,00€	0,00€	678,00 €	0,00€
2 Impressoras	1889,28 €	1102,08 €	0,00 €	-----	-----	0,00 €	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
<b>Total</b>	<b>18.161,28 €</b>	<b>9.916,08 €</b>	<b>678,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>678,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>678,00 €</b>	<b>0,00 €</b>

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 o detalhe da rubrica de financiamento obtido consolidado, decomposto em corrente e não corrente, é o seguinte:

Designação	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos bancários		
Passivo corrente	385 364,86 €	358 845,22 €
Passivo não corrente	3 770 085,10 €	3 630 477,21 €
<b>Total</b>	<b>4 155 449,96 €</b>	<b>3 989 322,43 €</b>

Os custos dos empréstimos obtidos são registados em gastos pelo custo.

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis, nos termos da NCP 1.

Quadro 10 - Propriedades de Investimento – Quantia Escriturada e Movimentos do Período

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do	
			Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outras
	Propriedades de Investimento												
P11	Bens de domínio público												
P12	Terrenos e recursos naturais												
P13	Edifícios e outras construções	559.397,05 €			- 11.436,00 €					547.961,05 €		27.267,03 €	
P14	Outras propriedades de investimento												
P15	Propriedade de Investimento em curso												
	<b>Total</b>	<b>559.397,05 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- 11.436,00 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>547.961,05 €</b>	<b>- €</b>	<b>27.267,03 €</b>	<b>- €</b>

No exercício de 2022 não ocorreram diminuições das propriedades de investimento.

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature: Alonks*

### Nota 9 – Imparidade de ativos

No exercício de 2022, foram constituídas e anuladas provisões, cujas quantias finais ascendem a 4.535,58€, relacionadas com as dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, apresentando-se de seguida o detalhe dessas provisões.

**Quadro 11 - Imparidade de ativos**

Ativo	Quantia inicial	Perda imparidade reconhecida no exercício	Reversão imparidade reconhecida no exercício	Quantia final
Participações Financeiras	9 635,00 €			9 635,00 €
Cientes, contribuintes e utentes	5 101,88 €		566,30 €	4 535,58 €

### Nota 10 – Inventários

Os inventários assumem um papel preponderante nas entidades e permitem às mesmas um alargamento do seu campo de ação pois estão diretamente associados a outras duas áreas que constituem o ciclo operacional das entidades: compras e vendas.

O controlo dos inventários adquire relevância pois estes ativos constituem uma rubrica significativa do Balanço, sendo de todo desejável que as entidades públicas disponham de um controlo dos mesmos. Os inventários são ativos, enquadrados na Estrutura Concetual do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Todavia, o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP) tem um entendimento mais abrangente acerca dos mesmos, concretamente com a aplicação da Norma de Contabilidade Pública 10 (NCP 10) do SNC-AP e a Norma de Contabilidade e de Relato Financeiro 18 (NCRF 18) do SNC, ambas dedicadas ao tratamento contabilístico dos Inventários.

Nesse sentido, na NCRF 18 (§ 8) os inventários englobam os bens comprados e detidos para revenda e os produtos acabados ou trabalhos em curso que estejam a ser produzidos pela entidade. Deste modo, os inventários são classificados em mercadorias, matérias-primas, consumíveis de produção, materiais, trabalho em curso e produtos acabados. De salientar, que no caso de um prestador de serviço, os inventários constituem os trabalhos em curso incluindo o custo do serviço quando ainda não estiver reconhecido o respetivo réditto.

Relativamente à NCP 10 (§ 9) os inventários englobam os bens comprados e detidos para revenda, produtos acabados ou trabalhos em curso que estejam a ser produzidos pela entidade, materiais e consumíveis para utilizar no processo de produção e os bens comprados ou produzidos para distribuir a terceiros gratuitamente ou por um valor simbólico.

O sistema de inventário adotado no Município de Mesão Frio é o permanente, estando o inventário de matérias-primas, subsidiárias e de consumo mensurado ao custo médio ponderado. A rubrica “Inventários” regista no exercício económico o apuramento das existências relativas ao Posto de Turismo, do Bar da Piscina Municipal

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the word 'Nota' written vertically.]*

Descoberta, dos Refeitórios da escola sede do AEPAN e do Centro Escolar (alimentação). A rubrica em apreço contempla ainda o montante correspondente à reclassificação das contas patrimoniais afetas à obra “Expansão da Zona Industrial da Caminheira/Cabrial” e do terreno adquirido para concretização da mesma, atento a que este projeto/ação apresenta como finalidade a venda de lotes para a instalação de indústria.

No ano de 2022, com o auto de receção da obra, foi feita a reclassificação da parte correspondente aos bens de domínio público da rubrica de “Inventários” para rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis”.

A parte correspondente aos terrenos para venda encontram-se reconhecidos em produtos e trabalhos em curso, uma vez que, o loteamento ainda está em curso.

**Quadro 12 - Inventários Movimentos do Período**

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de Inventários	Outros aumentos de Inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	30 165,30 €	10 573,96 €	10 999,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	29 739,51 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00 €	99 427,51 €	99 427,51 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e relogos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	1 039 560,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-992 473,86 €	0,00 €	47 086,22 €
<b>Total</b>	<b>1 069 725,38 €</b>	<b>110 001,47 €</b>	<b>110 427,26 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-992 473,86 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>76 825,73 €</b>

A diminuição da rubrica de produtos e trabalhos em curso deve-se à reclassificação para a conta patrimonial de “Ativos Fixos Tangíveis” dos bens do domínio público da obra “Expansão da Zona Industrial da Caminheira/Cabrial”, conforme supra mencionado.

### Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

**Quadro 13 - Rendimentos contraprestação**

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades	39.312,79 €	0,00 €	20,20 €	18,72 €	
Vendas	12.225,22 €	0,00 €	- €	- €	
Prestação de serviços	338.413,83 €	0,00 €	81.543,64 €	110.732,05 €	
Alienações/sinistros	114.621,56 €	0,00 €	- €	- €	
Rendas/Concessões	27.267,03 €	0,00 €	4.664,49 €	495,00 €	
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	2.880,97 €	0,00 €	- €	- €	
<b>Total</b>	<b>534.721,40 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>86.228,33 €</b>	<b>111.245,77 €</b>	<b>- €</b>

### Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Para o apuramento dos rendimentos reconhecidos no exercício foi tido em conta o princípio da especialização do exercício, o qual define que os gastos e rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. Assim, os valores respeitantes ao exercício de 2022, cujo recebimento apenas ocorrerá em 2023, foram reconhecidos com base numa estimativa.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

**Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação**

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos diretos	314.128,16 €	0,00 €	9.709,88 €	2.585,78 €	0,00 €
Impostos indiretos	171.364,63 €	0,00 €	2.325,29 €	11.356,04 €	0,00 €
Taxas, multas e outras penalidades	43.935,54 €	0,00 €	104,91 €	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	4.222.706,93 €	0,00 €	149.226,31 €	123.597,14 €	0,00 €
Reversões	1.122,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Rendimentos	15.028,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	340.560,03 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>5.108.845,29 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>161.366,39 €</b>	<b>137.538,96 €</b>	<b>0,00 €</b>

### Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Esta nota dedica-se aos movimentos realizados no que respeita aos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Mesão Frio, quer instaurados por outras entidades, que após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas verificou-se que não há lugar a reconhecimento de provisões para riscos e encargos. Neste exercício foi utilizado o montante de 29.766,75 € e revertido o montante de 1.122€. O Município não tem processos judiciais em curso onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis.

**Quadro 15 - Provisões**

Rubricas	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos			Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)	
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)		Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	30.888,75 €				0,00 €	29.766,75 €	1.122,00 €		30.888,75 €	0,00 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais Matérias ambientais										
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
<b>Total</b>	<b>30.888,75 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>29.766,75 €</b>	<b>1.122,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>30.888,75 €</b>	<b>0,00 €</b>

**Nota 16 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio**

Não aplicável ao Município de Mesão Frio.

**Nota 18 – Instrumentos Financeiros**

Em 31 de dezembro de 2022 as categorias de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado encontram-se detalhadas da seguinte forma:

Ativos financeiros										
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidades	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>										
Participações financeiras-custo	2 233 813,00							9 635,00		2 224 178,00
Participações financeiras-MEP	2 426 096,38								125 669,74	2 300 426,64
<b>Outros ativos financeiros</b>										
Devedores por transferências e subsídios	128 444,21				82 481,12					210 925,33
Cientes, contribuintes e utentes	48 609,95				24 026,45			4 535,58		68 100,82
Outras contas a receber	604 208,00								125 967,98	478 240,02
<b>Total</b>	<b>5 441 171,54</b>				<b>106 507,57</b>			<b>14 170,58</b>	<b>251 637,72</b>	<b>5 281 870,81</b>

Passivos financeiros										
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidades	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>										
<b>Outros passivos financeiros</b>										
Financiamentos obtidos	3.790.913,22				166.127,53					3.957.040,75
Credores por transferências e subsídios	198.409,21									198.409,21
Fornecedores c/c	182.786,09				0,00				78.559,90	104.226,19
Fornecedores investimento	71.395,58				0,00				59.376,73	12.018,85
Cauções	175.155,36				33.861,94					209.017,30
Outras contas a pagar	947.221,97				22.393,91					969.615,88
<b>Total</b>	<b>5.365.881,43</b>				<b>222.383,38</b>				<b>137.936,63</b>	<b>5.450.328,18</b>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the word "Nota" written vertically.

### Nota 19 – Benefícios dos Empregados

No ano de 2022 foram reconhecidos gastos no montante de 2.988.169€, os quais incluem as remunerações do pessoal e as remunerações dos órgãos da autarquia, os encargos da entidade para com a Caixa Geral de Aposentações (226.959€) e a Segurança Social (267.052€), entre outros.

Neste valor estão considerados os acréscimos de gastos co subsídio de férias, remunerações de férias e encargos relativos às férias do ano de 2022, vencidas a 01.01.2023 e cujo pagamento só ocorre em 2023, num total de 379.886€.

### Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Nesta nota poder-se-á verificar, no quadro abaixo descrito, a designação das entidades participadas, por parte do Município de Mesão Frio, com indicação da parcela percentual/montante, verificando-se que não existe controlo nem transações internas sob nenhuma daquelas entidades.

Quadro 16 - Entidades Participadas

Entidade	Sede	Código Jurídico	Participação	Capital/Fundos	Capital Próprio	RLE	OBS.
Águas do Norte, SA	Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A 5000-669 Vila Real	DL	0,08%	108 095 468 €	282 770 375 €	9 322 272 €	Ações
Comunidade Intermunicipal do Douro	Av.ª Carvalho Araújo, 7 5000-657 Vila Real	CIM	5,26%				Participação
Associação do Douro Histórico	Rua das Eiras 5060-320 Sabrosa	ADH	1.500,00€				Quota
Turismo Porto e Norte de Portugal, ER	Castelo Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo	OQA	1.500,00€				Quota
Associação de Municípios do Vale Douro Norte	Av.ª Carvalho Araújo, 7 5000-657 Vila Real	AM	14,00%				Participação
Associação Nacional dos Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa 52 3004-511 Coimbra	AM	4.359,24€				Quota
Águas do Interior - Norte, E.I.M., S.A. - ADIN	Av. Rainha Santa Isabel, N.º 1 5000-434 Vila Real	AIN	3,77%	27 148 050 €	77 595 321 €	544 607 €	Ações
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Rua do Castelinho 17, 5100-127 Lamego	AM	357,00 €				Quota
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Museu Rural e do Vinho do Concelho do Cartaxo-Quinta das Pratas-Cartaxo	AMFE	1 500,00 €				Quota
Fundação Museu do Douro - FDM FP	Rua Marquês do Pombal s/n 5040-282 Peso da Régua	FMD	0,88%	1 093 034	7 085 773	17 849	Participação

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
Monte  
*[Handwritten signature]*

## 20.1. PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO

### 20.1.1. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

#### ÁGUAS DO NORTE, S. A

A Águas do Norte, S.A., foi constituída pelo Decreto - Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, mediante a agregação das empresas Águas do Douro e Paiva, S.A., Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., CimDouro – Saneamento do Grande Porto, S.A. e Águas do Noroeste, S.A., integradas no Grupo Águas de Portugal. Em sequência, foi-lhe atribuída, pelo Estado Português, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, pelo prazo de trinta anos. A agregação das concessionárias acima referidas, proporciona a obtenção de sinergias, com reflexo muito positivo na sustentabilidade económica e financeira do setor da água na região Norte. Neste contexto, a Águas do Norte, S.A., é a entidade gestora do sistema multimunicipal em “alta” responsável pela captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público, pela recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos, urbanos e industriais e de efluentes provenientes de fossas sépticas. A Águas do Norte, S.A. assume também a exploração e gestão do sistema de águas da região do Noroeste, em resultado da celebração de uma Parceria entre o Estado (Administração Central) e 8 Municípios (Administração Local), que concretiza um processo de verticalização que reuniu, numa única entidade gestora, os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais em “alta” (prestados aos Municípios) e em “baixa” (prestados aos utilizadores finais, os municípios), de forma regular, contínua e eficiente. A exploração e gestão dos referidos sistemas incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessários ao desenvolvimento das atividades.

### 20.1.2. PARTICIPAÇÕES NÃO SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

#### COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO

Os 19 municípios da NUT III Douro formalizaram dia 15 de janeiro de 2009, por escritura pública, a constituição da nova Comunidade Intermunicipal do Douro - CIMDouro, que vem substituir, em definitivo, a Comunidade Urbana do Douro, criada em junho de 2004.

A CIM Douro tem sede em Vila Real e delegações na cidade de Lamego e na vila de Torre de Moncorvo. Apresentam-se como principais desafios a esta Comunidade Intermunicipal a gestão do contrato celebrado com o Governo no âmbito do QREN sobre o Plano Territorial de Desenvolvimento do Douro e a negociação com o Governo do PIDDAC para o Douro (investimentos da responsabilidade da Administração Central).

Os municípios que a integram são: Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Vila Nova de Foz Côa, Vila Real, Tabuaço, Torre

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the word "Mesão" written vertically. A green circle containing the number 40 is located at the bottom right of the page.

de Moncorvo, Moimenta da Beira, Penedono, Sernancelhe, Tarouca e Freixo de Espada-à-Cinta, representando, segundo os censos de 2021, uma população residente superior a 183 mil habitantes.

### **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES**

A Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP, constituída a 22 de fevereiro de 1985, representa e defende os Municípios Portugueses perante os órgãos de soberania e perante as organizações nacionais e/ou internacionais.

A ANMP, realiza estudos e projetos sobre assuntos relevantes do Poder Local e promove a troca de experiências e informações de natureza técnico-administrativa entre os seus membros.

A ANMP, desenvolve ainda ações de informação, de formação e aperfeiçoamento profissional para os eleitos locais e pessoal da administração local, mantendo serviços de consultadoria e assessoria técnico-jurídica destinada aos seus membros.

### **ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO DOURO NORTE**

Constituída em 25 de outubro de 1990, a Associação de Municípios do Vale Douro Norte – AMVDN, é formada por 7 municípios: Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real.

Criada pela crescente dinâmica dos municípios que dela fazem parte e da necessidade de coordenar ações municipais, a AMVDN tem como papel primordial a gestão de iniciativas intermunicipais com relevância para todo o território da Associação, tendo sempre em vista o desenvolvimento mais harmonioso de todo o espaço, das quais se destaca a Gestão do Canil Intermunicipal.

### **ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO**

Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, instituída a 22 de julho de 1988, na cidade de Lamego, onde se encontra sedeadada, tem por objeto promover todas as atividades com vista à defesa, salvaguarda, conservação, recuperação, reabilitação, revitalização e animação dos centros históricos dos aglomerados urbanos.

Através de uma estreita colaboração, embora sem fins lucrativos, dos municípios portugueses, zonas essas carecidas de proteção, como valores culturais que são da maior importância nacional e de indiscutível interesse público e, principalmente, como contributo para o progresso e bem-estar das populações que deles desfrutam ou usufruem.

### **ASSOCIAÇÃO DOURO HISTÓRICO**

A Associação Douro Histórico, criada em 2001, é uma entidade sem fins lucrativos, de direito privado, que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento regional sustentado, dando especial atenção à valorização do património cultural e à revitalização do mundo rural valorizando o seu potencial endógeno. Contribui para a

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

*[Handwritten text: "ALCANTARA DO LARANJEIROS"]*

*[Handwritten text: "41"]*

conservação, estudo e divulgação dos bens culturais imóveis e móveis, bem como de todo o património público e privado.

Das atividades desenvolvidas ao longo de tempo, sobressai a gestão dos fundos comunitários que visam apoiar projetos de desenvolvimento rural na procura da melhoria da qualidade de vida através do reforço do sistema produtivo, da capacidade de iniciativa e de empreendimento empresarial, a valorização e diversificação da atividade económica local, a preservação e valorização do património construído, natural e cultural.

Desta Associação fazem parte os municípios de Alijó, Armamar, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real.

### **TURISMO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, E.R.**

De âmbito regional e com uma extensa abrangência territorial agregando os 86 Municípios que constituem a NUT II – Norte, a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, criada através do Decreto – Lei n.º 67/2008, de 10 de abril, adota a denominação de Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. e a abreviatura de TPNP, E.R., tem a sua sede em Viana do Castelo e é uma pessoa coletiva pública, de natureza associativa, com autonomia administrativa e financeira e com património próprio.

O TPNP, E.R., é responsável pela valorização e o desenvolvimento das potencialidades turísticas da respetiva área regional de turismo, pela promoção interna e o mercado alargado dos destinos turísticos regionais, bem como pela gestão integrada dos destinos no quadro do desenvolvimento turístico regional.

A atuação da Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. tem na sua base um diversificado e vasto leque de recursos naturais e patrimoniais, produtos únicos e marcas de grande qualidade, que constituem a oferta turística de um território singular, distribuída pelos seus quatro subdestinos – Porto, Douro, Minho e Trás-os-Montes.

### **ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO**

A Associação de Municípios Portugueses do Vinho, com sede no Museu Rural e do Vinho do Concelho do Cartaxo, sito na Quinta das Pratas, na cidade do Cartaxo, é uma Associação que consiste na afirmação da identidade histórico-cultural, patrimonial, económica e social dos Municípios Portugueses e dos territórios ligados à produção de vinhos de qualidade.

Esta Associação propõe concretizar os objetivos ao nível da promoção da viticultura e das relações entre os territórios produtores de vinho de qualidade a nível nacional e internacional, valorização e promoção dos territórios de vocação vitivinícola e agrícola, das atividades agroalimentares, da produção de especialidades enogastronómicas e das produções da economia eco compatível para assegurar a permanência dos agricultores no território.

*Handwritten signature*

*Handwritten signatures and initials*

### FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO - FDM FP

A Fundação Museu do Douro foi criada pelo Decreto-Lei n.º 70/2006, de 23 de março, alterada pelo Decreto-Lei n.º 16/2015, de 2 de novembro, tem como finalidade a promoção de atividades culturais, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu do Douro, criado pela Lei n.º 125/97, de 2 de dezembro, nos termos dos respetivos estatutos.

### 20.1.3. EMPRESA INTERMUNICIPAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

#### ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, E.I.M, S. A

A Águas do Interior – Norte, EM, SA foi constituída em 15 de novembro de 2019 ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Por força dos seus estatutos, a Águas do Interior – Norte, EIM, SA. é uma empresa dedicada à gestão de serviços de interesse geral, tendo neste âmbito a ela competido a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas nos Municípios que a constituíram.

Nos termos do disposto no artigo 17.º do Decreto - Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a delegação destes serviços é regulada através de um contrato de gestão delegada, celebrado entre os Municípios que a constituíram e a Águas do Interior – Norte, EIM, SA.

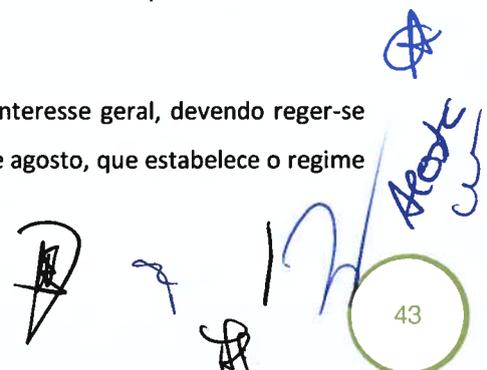
A Águas do Interior – Norte, EIM, SA., assume-se como uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade comercial anónima, de capitais exclusivamente públicos, sendo a totalidade do seu capital detida por entidades públicas. Goza de personalidade jurídica, é dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de independência orçamental. É representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, e pelo Vogal do Conselho de Administração, Dr. José Manuel Gonçalves, igualmente com poderes necessários para o efeito ao abrigo dos Estatutos da Empresa.

Pelo Contrato de Gestão Delegada, os municípios delegam na Empresa a prestação tendencialmente universal nos territórios dos Concelhos dos Municípios participantes, nos termos previstos no artigo 2.º do Decreto - Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto:

- Abastecimento público de água para consumo humano;
- Saneamento de águas residuais urbanas.

Os serviços referidos incluem a valorização de subprodutos resultantes daquelas atividades, nomeadamente a disponibilização de águas residuais tratadas aptas a novas utilizações.

A exploração e gestão destes sistemas municipais consubstanciam serviços de interesse geral, devendo reger-se pelos princípios orientadores previstos no artigo 46.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime



43

jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e pelos princípios gerais, em consonância com o artigo 5.º do Decreto - Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto:

- A promoção tendencial da sua universalidade e garantia de igualdade no acesso;
- A garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
- O desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços;
- A proteção da saúde pública e do ambiente;
- A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
- A promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento dos Municípios que integram a Empresa.

A satisfação das expectativas e necessidades dos clientes será procurada de uma forma rigorosa e sistemática, com adequada sensibilização para a qualidade dos serviços prestados. Aperfeiçoando constantemente os processos e métodos de trabalho, procurando inovar em todas as fases do negócio e adotando as soluções tecnológicas que assegurem a sustentabilidade económica e ambiental da empresa.

#### **20.1.4. FUNDO DE APOIO MUNICIPAL - FAM**

Por força da aplicação do artigo 303.º, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou a Lei do orçamento do estado para 2018, a conta “Outras Aplicações Financeiras”, no que respeita à participação do Fundo de Apoio Municipal – FAM, sofreu uma redução de 25%, e foi gradual até ao ano de 2021, concretizando-se com 50% em 2019, 75% em 2020 e no ano de 2021 o valor remanescente.

A Lei n.º 12/2020, de 07 de maio, teve por objetivo promover e garantir a capacidade de resposta das autarquias locais, no âmbito da Pandemia da doença COVID-19, procedendo à alteração à Lei n.º 4-B/2020, de 6 de abril, com impactos, nomeadamente na possibilidade de concessão de moratórias à realização de capital do Fundo de Apoio Municipal – FAM.

Atento a tal, o município beneficiou de uma moratória de 12 meses das prestações de capital a realizar em 2020, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º B, da supracitada Lei, com a efetivação da distribuição de resultados do ano de 2017/2018 e da proposta de resultados para o ano de 2019, para a liquidação da prestação do mês de junho de 2020, na importância de 4.081,00€, determinando esta decisão com a liquidação da prestação devida no mês de dezembro de 2020, a ocorrer em junho e dezembro de 2021, de igual importância, encontrando-se assim realizada a participação, a 31 de dezembro de 2022, na importância de 146.916,00 €.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled number 44.

**Nota 23 – Outras divulgações**

**23.1 Estado e Outros Entes Públicos**

Inclui-se na rubrica “Estado e Outros Entes Públicos”, componente do passivo corrente, a importância de 73.918,44€, que resulta do valor retido aos funcionários e a parte correspondente à entidade patronal, relativamente à componente do IRS, IGSS, CGA, do mês de dezembro de 2022, cujo prazo limite de pagamento cessa aos 20 dias do mês seguinte a que diz respeito.

Na componente do ativo corrente, na rubrica “Estado e Outros Entes Públicos”, regista o montante total de 56.852,79€, correspondente ao valor do Crédito do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

**23.2 Descrição Desagregada das Responsabilidades, por Garantias e Cauções prestadas e Recibos para Cobrança**

O presente mapa reflete os movimentos contabilísticos efetuados no âmbito das Garantias e Cauções prestadas:

Quadro 17 - Contas de Ordem

Código	CÓDIGO POCAL Descrição	Saldo da Gerência Anterior (1)	Movimento anual			Saldo para a Gerência Seguinte (5)=(1)+(2)- (3)-(4)
			Prestadas (2)	Devolvidas (3)	Acionadas (4)	
09	Garantias e cauções de empreitadas	166 302,19 €	33 817,38 €	455,47 €	0,00 €	199 664,10 €
09	Acácio da Caridade Ferreira e Irmão, Lda.	0,00 €	3 447,71 €	0,00 €		3 447,71 €
09	António Guedes Ferreira	419,50 €	0,00 €	0,00 €		419,50 €
09	Cadnorida Construções, Lda.	281,50 €	0,00 €	0,00 €		281,50 €
09	Construções Armando Ferreira, Lda	10 803,94 €	0,00 €	0,00 €		10 803,94 €
09	Construções Pedro Pinto, S.U. Lda	718,26 €	0,00 €	0,00 €		718,26 €
09	Diaplant, Lda	0,00 €	5 512,90 €	0,00 €		5 512,90 €
09	Engisun, Lda	4 947,51 €	0,00 €	0,00 €		4 947,51 €
09	Empreendimentos Turísticos Porta do Douro, Lda	847,50 €	0,00 €	0,00 €		847,50 €
09	Estradas Pinheiro - Engenharia e Construção, Lda	18 629,40 €	1 498,55 €	0,00 €		20 127,95 €
09	Fontaberta Unipessoal, Lda	7 507,01 €	0,00 €	0,00 €		7 507,01 €
09	Higino Pinheiro & Irmão, Lda. Const. Civil e Obras Públicas	66 604,78 €	23 358,22 €	0,00 €		89 963,00 €
09	Joluiborges - Sociedade de Construção e Terraplanagens	13 729,06 €	0,00 €	0,00 €		13 729,06 €
09	Manuel Guedes Monteiro	140,50 €	0,00 €	0,00 €		140,50 €
09	Manuel Vieira & Irmãos, Lda	402,97 €	0,00 €	402,97 €		0,00 €
09	Sociedade de Construções Fonte do Arco, Lda	19 392,99 €	0,00 €	52,50 €		19 340,49 €
09	Sociedade Empreitadas do Marco, Lda	10 917,86 €	0,00 €	0,00 €		10 917,86 €
09	Tudorosa, Lda	10 959,41 €	0,00 €	0,00 €		10 959,41 €
09	Cauções prestadas em papel	188 530,84 €	11 722,79 €	0,00 €	0,00 €	200 253,63 €
09	Outras cauções prestadas	8 853,17 €	2 300,00 €	1 800,00 €	0,00 €	9 353,17 €
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>363 686,20</b>	<b>2 300,00 €</b>	<b>1 800,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>409 270,90 €</b>
09	Recibos para cobrança	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	<b>TOTAL</b>	<b>363 686,20 €</b>	<b>47 840,17 €</b>	<b>2 255,47 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>409 270,90 €</b>

**23.3 Demonstração do Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas**

Neste exercício económico foi possível calcular o Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas do Posto de Turismo, do Bar da Piscina Municipal Descoberta, dos Refeitórios da escola sede do AEPAN e do Centro Escolar (alimentação), cujo montante se cifra em 110.427,26€. Foi, ainda, realizada a contagem física dos bens em Armazém.

### 23.3.1 Posto de Turismo

Quadro 18 – Posto de Turismo		
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	30 025,30 €	
Compras	1 863,12 €	
Regularizações de existências	146,46 €	
Existências finais	-29 739,51 €	
<b>Custos do exercício</b>	<b>2 295,37 €</b>	

### 23.3.2 Bar da Piscina Municipal Descoberta

Quadro 19 – Bar da Piscina Municipal Descoberta		
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	140,00 €	
Compras	8 771,30 €	
Regularizações de existências	-206,92 €	
Existências finais	0,00 €	
<b>Custos do exercício</b>	<b>8 704,38 €</b>	

### 23.3.3 Refeitórios (escola sede do AEPAN e Centro Escolar)

Quadro 20 – Refeitórios		
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00 €	
Compras	99 427,51 €	
Regularizações de existências	0,00 €	
Existências Finais	0,00 €	
<b>Custos do exercício</b>	<b>99 427,51 €</b>	

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled number 46.

### 23.3.4. Resumo

Quadro 21 - Resumo		
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	30 165,30 €	
Compras	110 061,93 €	
Regularizações de existências	-60,46 €	
Existências finais	-29 739,51 €	
<b>Custos do exercício</b>	<b>110 427,26 €</b>	

### 23.4 Resumo dos Fluxos de Caixa

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria. Os valores de operações de tesouraria refletem os recebimentos e pagamentos para entidades terceiras, incluindo, também, os valores retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias relativos a fornecimentos, empreitadas e outros.

QUADRO 22 - RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA					
RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo de Gerência Anterior		278 720,47 €	Despesas Orçamentais		6 863 248,54 €
Execução Orçamental	103 565,11 €		Correntes	4 739 628,33 €	
Operações de Tesouraria	175 155,36 €	6 864 600,00 €	Capital	2 123 620,21 €	12 225,88 €
Receitas Orçamentais	5 220 175,31 €		Operações de Tesouraria		313 833,84 €
Correntes			Saldo para a Gerência Seguinte	104 916,57 €	
Capital	1644 406,69 €		Execução Orçamental		
Outras	18,00 €	46 087,79 €	Operações de Tesouraria	209 017,27 €	
Operações de Tesouraria					
<b>TOTAL</b>		<b>7 189 408,26 €</b>	<b>TOTAL</b>		<b>7 189 408,26 €</b>

### 23.5. Investimentos Financeiros

Os ativos financeiros encontram-se representados no quadro seguinte.

Quadro 23 – Ativos Financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao custo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Participações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fundo de Apoio Municipal - FAM	146 916,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	146 916,00 €
Águas do Norte, S.A.	90 119,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	90 119,00 €
ADIN - Ações	1 024 800,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 024 800,00 €
ADIN - Prémios de emissão	311 607,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	311 607,00 €
ADIN - Prestações suplementares	1 675 536,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 675 536,00 €
Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>3 248 978,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>3 248 978,00 €</b>

### 23.6. Outras considerações

No item Património apresentam-se os bens identificados e valorizados no exercício de 2022, no entanto existem bens que, pela sua natureza, ainda não se encontram valorizados, tais como obras de arte, que deverão ser avaliados aquando da constituição da Comissão de Avaliação.

Acresce a necessidade dos serviços da autarquia darem continuidade ao trabalho desenvolvido, nos últimos anos, no que concerne à inventariação e avaliação dos Bens Imóveis (Avaliação dos Edifícios, Terrenos, Bens de Domínio Público, e outros) e Bens Móveis Municipais, que ainda se encontram para validar e ou concluir por vicissitudes várias, nomeadamente no que diz respeito ao seu registo na Conservatória do Registo Predial.

No que respeita ao apuramento dos trabalhos realizados para a própria entidade, não foi possível o seu reconhecimento atendendo aos procedimentos de implementação da contabilidade de gestão na Autarquia.

O Município aguarda informação vinculativa sobre o IVA na operação de transferência de equipamentos de distribuição de água à ADIN.

Aquando da aquisição de qualquer imóvel a favor da entidade, é efetuado o seu registo na Conservatória do Registo Predial, contudo existem alguns imóveis que carecem de atualização dos seus registos estando os serviços competentes a diligenciar a sua atualização junto da Conservatória. De referir que estes bens independentemente da conclusão do processo de regularização na C.R.P. não envolvem risco de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos dos anos seguintes.

### Nota 24 - Acontecimentos Após a Data de Relato

O Município não tem conhecimento da ocorrência de acontecimentos após a data do relato.

### Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Mesão Frio ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled number 48.

## Demonstrações Orçamentais Consolidadas

---

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

1. Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

Rubrica	Recebimentos	2022	2021
	<b>Saldo de gerência anterior</b>	<b>278 720,47 €</b>	<b>177 517,86 €</b>
	Operações orçamentais [1]	103 565,11 €	55 988,54 €
	Operações de tesouraria [A]	175 155,36 €	121 529,32 €
	<b>Receita corrente</b>	<b>5 220 175,31 €</b>	<b>5 034 428,55 €</b>
R1	Receita fiscal	475 388,83 €	421 291,86 €
R1.1	Impostos diretos	475 388,83 €	421 291,86 €
R1.2	Impostos indiretos	- €	- €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	50 249,10 €	37 528,49 €
R4	Rendimentos de propriedade	96 820,15 €	121 208,44 €
R5	Transferências e subsídios correntes	4 344 721,07 €	4 220 733,70 €
R5.1	Transferências correntes	4 344 721,07 €	4 220 733,70 €
R5.1.1	Administrações públicas	4 304 688,22 €	4 193 497,32 €
R5.1.1.1	Administração central - Estado	4 207 532,73 €	4 181 647,80 €
R5.1.1.2	Administração central - Outras entidades	- €	- €
R5.1.1.3	Segurança social	97 155,49 €	11 849,52 €
R5.1.1.4	Administração regional	- €	- €
R5.1.1.5	Administração local	- €	- €
R5.1.2	Exterior - U.E.	- €	- €
R5.1.3	Outras	40 032,85 €	27 236,38 €
R5.2	Subsídios correntes	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços	252 014,94 €	209 899,07 €
R7	Outras receitas correntes	981,22 €	23 766,99 €
	<b>Receita de capital</b>	<b>1 105 205,44 €</b>	<b>1 797 951,15 €</b>
R8	Venda de bens de investimento	112 101,00 €	1 636,50 €
R9	Transferências e subsídios de capital	981 193,52 €	1 794 682,00 €
R9.1	Transferências de capital	981 193,52 €	1 794 682,00 €
R9.1.1	Administrações públicas	981 193,52 €	1 794 682,00 €
R9.1.1.1	Administração central - Estado	981 193,52 €	1 794 682,00 €
R9.1.1.2	Administração central - Outras entidades	- €	- €
R9.1.1.3	Segurança social	- €	- €
R9.1.1.4	Administração regional	- €	- €
R9.1.2	Exterior - U.E.	- €	- €
R9.1.3	Outras	- €	- €
R9.2	Subsídios de capital	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	11 910,92 €	1 632,65 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	18,00 €	0,07 €
	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>6 325 398,75 €</b>	<b>6 832 379,77 €</b>
	<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>539 201,25 €</b>	<b>841 205,66 €</b>
R12	Receita com ativos financeiros	- €	- €
R13	Receita com passivos financeiros	539 201,25 €	841 205,66 €
	<b>Soma [4] = [1]+[2]+[3]</b>	<b>6 968 165,11 €</b>	<b>7 729 573,97 €</b>
	Operações de tesouraria [B]	46 087,79 €	96 437,56 €

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten notes and signatures]*  
 50

Rubrica	Pagamentos	2022	2021
	<b>Despesa corrente</b>	<b>4 739 628,33 €</b>	<b>4 634 053,72 €</b>
D1	Despesa com o pessoal	2 994 863,11 €	3 017 656,78 €
D1.1	Remunerações certas e permanentes	2 273 767,37 €	2 247 982,27 €
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	65 913,91 €	38 999,28 €
D1.3	Segurança social	655 181,83 €	730 675,23 €
D2	Aquisição de bens e serviços	1 253 486,69 €	1 239 485,88 €
D3	Juros e outros encargos	95 389,71 €	50 632,57 €
D4	Transferências e subsídios correntes	338 658,29 €	270 657,51 €
D5	Outras despesas correntes	57 230,53 €	55 620,98 €
	<b>Despesa de capital</b>	<b>1 750 546,49 €</b>	<b>2 236 110,68 €</b>
D6	Aquisição de bens de capital	1 708 596,49 €	2 131 243,41 €
D7	Transferência e subsídios de capital	41 950,00 €	104 867,27 €
D7.1	Transferências de capital	41 950,00 €	104 867,27 €
D8	Outras despesas de capital	- €	- €
	<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>6 490 174,82 €</b>	<b>6 870 164,40 €</b>
	<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>373 073,72 €</b>	<b>755 844,46 €</b>
D9	Despesa com ativos financeiros	- €	4 081,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	373 073,72 €	751 763,46 €
	<b>Soma [7] = [5]+[6]</b>	<b>6 863 248,54 €</b>	<b>7 626 008,86 €</b>
	Operações de tesouraria [C]	12 225,88 €	42 811,52 €
	Saldo para a gerência seguinte	313 933,84 €	278 720,47 €
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	104 916,57 €	103 565,11 €
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[8]-[C]	209 017,27 €	175 155,36 €
	Saldo global [2]-[5]	- 164 776,07 €	- 37 784,63 €
	Despesa primária	6 394 785,11 €	6 819 531,83 €
	Saldo corrente	480 546,98 €	400 374,83 €
	Saldo de capital	- 645 341,05 €	- 438 159,53 €
	Saldo primário	- 69 386,36 €	12 847,94 €
	<b>Receita total [1]+[2]+[3]</b>	<b>6 968 165,11 €</b>	<b>7 729 573,97 €</b>
	<b>Despesa total [5]+[6]</b>	<b>6 863 248,54 €</b>	<b>7 626 008,86 €</b>

Nota: Uma vez que a entidade participada não faz parte do perímetro de consolidação orçamental do Município de Mesão Frio, os documentos orçamentais referem-se somente ao Município.



2. Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

Rubrica	Recebimentos	2022	2021
	<b>Receita corrente</b>	<b>72 636,40 €</b>	<b>53 711,83 €</b>
R1	Receita fiscal	- €	- €
R1.1	Impostos diretos	- €	- €
R1.2	Impostos indiretos	- €	- €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 087,76 €	1 080,60 €
R4	Rendimentos de propriedade	27 159,35 €	495,00 €
R5	Transferências e subsídios correntes	2 021,88 €	1 835,74 €
R5.1	Transferências correntes	2 021,88 €	1 835,74 €
R5.1.1	Administrações públicas	2 021,88 €	1 835,74 €
R5.1.1.1	Administração central - Estado	2 021,88 €	1 835,74 €
R5.1.1.2	Administração central - Outras entidades	- €	- €
R5.1.1.3	Segurança social	0,00 €	- €
R5.1.1.4	Administração regional	- €	- €
R5.1.1.5	Administração local	- €	- €
R5.1.2	Exterior - U.E.	- €	- €
R5.1.3	Outras	2 021,88 €	1 835,74 €
R5.2	Subsídios correntes	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços	3 525,55 €	3 677,69 €
R7	Outras receitas correntes	38 841,86 €	46 622,80 €
	<b>Receita de capital</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
R8	Venda de bens de investimento	- €	- €
R9	Transferências e subsídios de capital	- €	- €
R9.1	Transferências de capital	- €	- €
R9.1.1	Administrações públicas	- €	- €
R9.1.1.1	Administração central - Estado	- €	- €
R9.1.1.2	Administração central - Outras entidades	- €	- €
R9.1.1.3	Segurança social	- €	- €
R9.1.1.4	Administração regional	- €	- €
R9.1.2	Exterior - U.E.	- €	- €
R9.1.3	Outras	- €	- €
R9.2	Subsídios de capital	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	- €
R12	Receita com ativos financeiros	- €	- €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	- €
R14	Saldo de gerência anterior	- €	- €

*(Handwritten signature)*

*(Handwritten signatures and initials)*

Rubrica	Pagamentos	2022	2021
	<b>Despesa corrente</b>	<b>235 972,19 €</b>	<b>241 879,60 €</b>
D1	Despesa com o pessoal	73 918,44 €	76 637,57 €
D1.1	Remunerações certas e permanentes	28 605,87 €	26 465,63 €
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	447,70 €	3 915,00 €
D1.3	Segurança social	44 864,87 €	46 256,04 €
D2	Aquisição de bens e serviços	118 458,47 €	141 966,24 €
D3	Juros e outros encargos	22 184,33 €	- €
D4	Transferências e subsídios correntes	11 580,75 €	19 956,54 €
D5	Outras despesas correntes	9 830,20 €	3 319,25 €
	<b>Despesa de capital</b>	<b>19 518,77 €</b>	<b>120 367,95 €</b>
D6	Aquisição de bens de capital	19 518,77 €	120 367,95 €
D7	Transferência e subsídios de capital	- €	- €
D7.1	Transferências de capital	- €	- €
D8	Outras despesas de capital	- €	- €
D9	Despesa com ativos financeiros	- €	- €
D10	Despesa com passivos financeiros	- €	- €

*Nota: Uma vez que a entidade participada não faz parte do perímetro de consolidação orçamental do Município de Mesão Frio, os documentos orçamentais referem-se somente ao Município.*

*Os valores de 2021 foram ajustados em conformidade com a FAQ 50 da Comissão de Normalização Contabilística.*

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DA GERÊNCIA DO ANO  
FINANCEIRO DE 2022

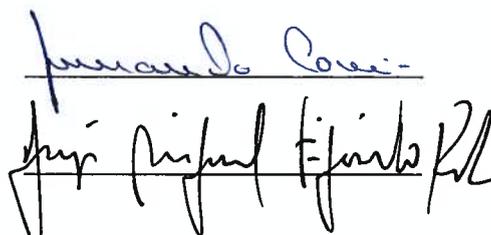
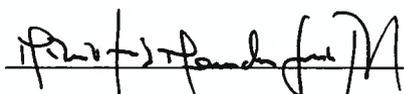
O presente documento é parte integrante da Prestação de Contas Consolidada 2022, **RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADO DE 2022**, contêm 54 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, a ser apreciada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Mesão Frio, a realizar em 22 de junho de 2023.

O Presidente da Câmara Municipal:



(Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva)

Os Vereadores:



TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

O presente documento é parte integrante da Prestação de Contas Consolidada 2022, **RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADO DE 2022**, contêm 54 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, tendo sido submetida à apreciação em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mesão Frio, realizada em 27 de junho de 2023.

O Presidente da Assembleia Municipal:



(Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Dr.)

Os Secretários:

